

A intervenção arqueológica no Largo Camões - Ponte de Lima

Carlos A. Brochado de Almeida

ABSTRACT

During the 19th century a new square was built in Ponte de Lima: the Camões Square. It was constructed in the same place where, during the Middle Ages, there was a defensive tower that protected the city's entrance facing the Lima river bridge. That bridge dates back to the 14th century and was made to substitute another one that was constructed during the Roman Period. Nowadays, it's still possible to see 5 arches from that roman bridge. The archaeological excavation uncovered the ruins from the Ponte de Lima's medieval defensive system as well as two arches from the gothic bridge, and the remains of houses dating back to the 16th and the 17th century.

1 - INTRODUÇÃO

Para muitos naturais de Ponte de Lima o Largo Camões é o espaço mais nobre, a sala de visitas de uma vila milenar, cujas raízes se podem procurar na *mutatio* Limia, que o Itinerário de Antonino colocou na estrada Bracara Augusta-Tude, bem junto ao Rio Lima e à única ponte que à data o atravessava (Almeida, 1998, 244-245).

Viajantes, soldados, funcionários da administração romana, feirantes, comerciantes, peregrinos, simples passantes, ao longo de dois milénios serviram-se daquela ponte e atravessaram o espaço da actual vila por dois caminhos distintos: circulando pela via XIX do Itinerário de Antonino e pela via secundária que vinha dos lados da portela da Facha. No primeiro caso, a aproximação à ponte fazia-se através de um caminho que, no final da Idade Média, deu corpo à Rua da Ponte (Andrade, 1990, 40-41) e que, contornando a Fonte da Vila, subia a pequena ladeira onde está a Câmara Municipal onde se localizava a desaparecida "*Porta de Braga*", uma das entradas que integrava o sistema defensivo medieval e sítio por onde anteriormente passava a dita via romana. No segundo caso, na época romana, a estrada secundária fazia a sua entrada, no actual aro da vila, por um caminho que corria junto ao rio, desde a capela de Nossa Senhora da Guia, para, séculos andados, já com o burgo fortificado, o acesso fazer-se pela porta do Souto ou de S. Benedito. Em qualquer dos casos, nunca, até ao último quartel do séc. XIX, o trânsito de peões e de carros, fossem eles bois ou cavalos, fez-se atravessando aquele que hoje é o Largo Camões, pelo simples facto que não existia.

No actual espaço físico desta praça, que ficava dentro da cerca, havia espaços verdes, casas e quintais, que estavam balizados a norte pela Rua da Ponte, na qual entroncava a Rua do Rosário – Amélia Aguiar Andrade coloca a entroncar com ela, erradamente, a Rua Cimo de Vila (Andrade, 1990) - e a sul

pela Rua da Ribeira, hoje chamada do Postigo e que desemboca no Passeio 25 de Abril, bem ao lado da Torre de S. Paulo ou da Expectação.

Até ao séc. XVI este espaço, que era bastante amplo, não passava de um rossio muito pouco conhecido, onde havia mesmo algumas esterqueiras (Andrade, 1990, 42). No traslado da inquirição régia feita ao perímetro urbano de Ponte de Lima, por volta de 1412 (Andrade, 1990, 196-236), há uma total omissão a esta zona, com a excepção da *“rua cimo de vila e da rua da ponte como vaj da cruz pera ponte”*. Nesta, o documento faz menção da existência de uma albergaria *“albragarya da tamjla”* (Andrade, 1990, 199), o que nem admira pois este era o caminho obrigatório para ponte. Menciona ainda existência de casas próximas à muralha *“maria galega paadeyra tem hua casa na djta vjla na rua da par do muro”* (Andrade, 1990, 198-199) e a fixação de uma série de actividades profissionais, se atentarmos em nomes como Martim Gonçalves atafoneiro, Maria Galega padeira, Gonçalo Bom sapateiro, Fernão Anes mercador ou Afonso Martins tabelião. Situação algo semelhante vamos encontrar na descrição que se faz da rua Cimo de Vila. Aqui repete-se a situação anterior, embora os proprietários das ditas casas tenham uma posição social mais elevada, já que em certos casos são escudeiros, elementos do clero ou seus descendentes *“Joane anes filho do abade de domez”*, isto é, da freguesia da Seara.

Andaram os tempos e necessariamente que a fisionomia deste rossio se haveria de alterar. Se atentarmos na fotografia mais antiga que se conhece desta parte de Ponte de Lima – foi feita em 1858 e está atribuída a Anthero Frederico de Seabra - é claramente visível, acoplada à parede meridional da ponte, uma grande casa de habitação, de rés-do-chão e dois andares com cinco janelas voltadas ao rio. Atrás e adjacente, há uma outra casa de tipologia semelhante, que foi construída sobre uma pequena parcela da muralha, que ainda subsistia, entre a Torre dos Grilos e a Torre de S. Paulo. De acordo com a dita fotografia, aquela casa encosta à torre e a ela, por sua vez, arrima-se à muralha que ainda subsistia (Fig.1). Tal cenário pressupõe que a casa foi construída à custa do espaço da muralha – está metade fora e metade dentro – mas quando esta foi desmanchada juntamente com a torre, sofreu as mesmas consequências. O que não sabemos é se esta é a casa que vem mencionada num documento camarário datado de 27 de Janeiro de 1815 e no qual Mariana Luísa e seu filho Bento Luís Dias, pediam para *“... tapar o Muro por causa da sua caza junto à torre do pé da ponte ...”* (AMPL, LV, 1807-1820, fl. 110v a 111). De qualquer modo é possível que o seja, atendendo à reprodução de uma gravura datada de 1780 em que se vêem duas casas extra-muros junto à cerca. Uma delas apoia-se claramente no muro, tal como os alpendres. Terá bastado a ruína da muralha para que o pedido de Mariana Luísa tenha sentido alguns anos mais tarde. Devidamente autorizada, terá adoptado uma solução bem peculiar: como não interessava reconstruir a cerca, usou a pedra para aumentar ao espaço da casa. Nesta caso para dentro da cerca.

São ainda particularidades interessantes nesta fotografia as duas torres que coroavam a ponte, embora já em estado lastimoso e um correr de casas que faceavam, a montante, o antigo terreiro da feira. Umas e outras são construções do séc. XVII ou mesmo do XVIII. As situadas a montante foram destruídas, para dar lugar às casas que, no último quartel do séc. XIX, estão na origem do primeiro alinhamento do futuro Largo da Feira. As que estavam no lado contrário foram desmanteladas para que desse modo se pudesse arranjar um espaço suficientemente amplo, capaz de se transformar em praça ou largo.

Para que tal acontecesse não bastava desfazer estas duas habitações. Havia necessidade de desmanchar o que restava da Torre dos Grilos, do pano de muralha que cerceava a expansão da vila para o lado dos areais do rio, dos alpendres que encostavam pelo lado de fora do “muro” e de uma casa que ocupava uma boa parte daquele antigo rossio.

Esta era a Casa do Patim que se sabe ser uma construção, que remonta pelo menos ao séc. XV e que, possivelmente com arranjos e alterações, perdeu até meados do séc. XIX. De acordo com a tradição popular, foi nesta casa que pernoitou el-rei D. Manuel, quando em 1502 passou pela vila em peregrinação para Santiago de Compostela (Lemos, 1938, 55-56). No espaço que ocupou nasceram duas casas: o

edifício da Livraria Nova Era, cuja fachada foi terminada em 1882 e a Confeitaria Havaneza que já estava erguida em 1858, um ano após o desmantelamento da torre, mas não da cerca defensiva que lhe estava acoplada, consoante o comprova a fotografia já citada. A prova arqueológica que a antiga Casa do Patim foi desmantelada, está no alicerce de dois muros que apareceram no espaço da actual Praça (Figs. 8 e 9) e que estão em perfeita sintonia com as paredes meeiras das duas casas e com a trajectória da muralha, à qual encostava. Da ocupação da Casa do Patim ficou um poço, com cerca de 3 metros de profundidade, formato rectangular, totalmente forrado com silharia de boa esquadria. O remate, esse era em abóbada.

Com a demolição da muralha e da Torre dos Grilos, que se encontrava à boca da ponte, o espaço do futuro Largo Camões ganhou uma outra dimensão. Os quintais que tinham, como baliza, a parede da muralha passaram a ficar devassados e as casas que nela entestavam foram obrigadas a encontrar um outro apoio ou a reorganizar as suas estruturas.

A necessidade de construir-se uma ampla e larga praça, num dos locais de maior movimento na vila, não nasceu, certamente, com a ideia de comemorar-se, com uma certa dignidade, o 3º centenário da morte de Luís de Camões, ocorrida em 1580. Ganhou corpo, isso sim, nessa altura com a aproximação comemorativa de tal efeméride.

Nessa altura campeava em Portugal o princípio, que muralhas e demais sistemas defensivos coartavam o desenvolvimento e sobretudo o crescimento urbano das povoações até aí confinadas a recintos murados. A burguesia urbana, demasiado marcada por séculos de predomínio senhorial, não entendia que as povoações poderiam crescer, com normalidade, sem recorrer à destruição sistemática de valores que, à data, eram considerados anacrónicos, porque haviam perdido sentido militar. Porta-voz deste sentir, foram os poderes autárquicos, os primeiros a solicitar ao governo central a necessária autorização para apeiar torres, desmanchar muralhas, utilizar a pedra na construção de novas habitações, muros e mesmo no calçetamento de ruas. Assim aconteceu em Barcelos, Guimarães, Braga, Viana do Castelo, Caminha, Melgaço e em menor escala, Monção. Aqui foi o traçado da linha de caminho de ferro que conduziu à destruição de uma substancial parte do sistema abaluartado voltado a sul.

Para os defensores der um certo tipo de progresso, a Torre da Ponte era um entrave à expansão da vila e o argumento utilizado foi sempre o mesmo. Torres e muralha entravavam o progresso, porque estrangulavam a circulação e a expansão. A vila precisava de expandir-se e as torres, sobretudo as que defendiam a ponte, eram impeditivas à normal circulação de veículos, sobretudo no seu acesso ao interior da vila, tanto mais que esta torre estava provida de uma barbacã de porta que aumentava ainda mais as dificuldades que, sem a sua normal presença, já se faziam sentir. Por isso não espanta que a sua demolição fosse votada na sessão camarária de 27 de Agosto de 1857. O pedido da Câmara de então, seguiu para o Governo Civil de Viana do Castelo que, em 5 de Novembro desse mesmo ano, autorizou a respectiva demolição. Todavia, para que pudesse concretizar-se, houve necessidade da edilidade comprar os direitos de aforamento, que em 1803, por Provisão Régia, havia alcançado João Rodrigues Manso (AMPL, *Vereações 1860-1862*, fls. 39 e segs. e fl. 60). Resolvido o diferendo, a Câmara Municipal iniciou a sua demolição, usando a pedra em obras do município e no arranjo do pavimento da ponte (AMPL, *Vereações 1857-1860*, fls. 34 e segs.).

A primeira nota que mostra que a concepção do futuro Largo Camões não foi fruto de uma ideia ocasional, está precisamente na substituição da Casa do Patim e no recuo, para uma linha pré-estabelecida, das duas casas que a substituíram.

Se atentarmos na fotografia de 1858, algumas particularidades são de realçar. A Torre Velha, localizada entre a ponte romana e a medieval, no enfiamento da Igreja de Santo António, já está semi-apeada (Fig.1). A Torre dos Grilos ou da Ponte, provida de um balcão com matacões, está claramente em ruínas, destelhada e com um grande rombo no alçado voltado ao tabuleiro da ponte. As casas do século XVII, o pano de muralha, mais os respectivos alpendres que se lhe acoplavam pelo lado de fora e que se estendiam até à Torre da Expectação ou de S. Paulo, ainda subsistiam, mas não a Casa do Patim. Esta havia deixado de existir e o espaço que anteriormente havia ocupado estava agora

parcialmente vago e em sua substituição surgira um edifício, de linhas elegantes, de rés-do-chão sobreposto por dois andares, o último dos quais, recuado, mostrava um tipo de arquitectura que então começava a ser moda: o néo-gótico (Fig.1).

Entre 1858 e 1880 todo o espaço que envolvia a ponte do lado meridional da vila sofreu uma profunda modificação. Todas as construções e elementos defensivos foram apeados até à altura dos alicerces. Assim nascia uma praça rectangular, em ligação directa com antigos e novos arruamentos: o Passeio 25 de Abril, que se chamara Rua Cândido dos Reis na 1ª República, Marechal Carmona no Estado Novo e Passeio das Arborinhas na gíria popular, a Rua Inácio Perestrelo, a Rua do Rosário e a Rua Mestre João Lopes, que veio substituir uma outra, a Rua da Ponte, sobre a qual foi construído o edifício da ourivesaria Matos em 1903.

Na altura das comemorações do 3º centenário pode dizer-se que o Largo tinha uma configuração muito próxima da actual. Em termos urbanísticos pode definir-se como um rectângulo aberto ao curso do Rio Lima e ao extenso areal onde quinzenalmente se realiza uma das mais concorridas feiras de Portugal. A marcá-la está o chafariz renascentista e a ponte cuja construção se terá iniciado no reinado de D. Dinis, no enfiamento de uma outra, que é obra romana do tempo do seu primeiro imperador: Octávio César Augusto. As casas de habitação e de comércio, essas são peças arquitectónicas posteriores a 1858, ano em que se iniciou a demolição da Torre da Ponte ou dos Grilos.

A pioneira das suas construções foi a Confeitaria Havaneza. Depois sucederam-se outras. A casa que faz gaveto com a Rua Inácio Perestrelo, também em traça néo-gótica e com uma cronologia que não difere muito daquela, como aliás a maioria das casas que estruturam a ala nascente da praça. Salvo raras excepções todas estas construções conservam a sua traça original, aliás bem patente molduras de granito que compõem portas, janelas, pilastras, cornijas e nos pés direitos, bem elevados, mas que estão de acordo com a gramática arquitectónica daquela época.

A ala mais castigada de toda a praça foi, sem dúvida, aquela que a fecha pelo lado do meio-dia. Dos edifícios iniciais, pode dizer-se que não resta nenhum. A Caixa Geral de Depósitos, que faz gaveto com o Passeio 25 de Abril, nascida nos últimos anos da década de 50 do séc. XX, é uma obra típica da arquitectura do Estado Novo. O edifício que lhe está pegado, aquele que alberga o Banco Espírito Santo, é obra do final do séc. XIX, mas não o chafariz e WC que lhe está adjacente, uma peça dos anos 60 do século XX, que veio substituir uma fonte que, em 1891, era considerada obra muito recente: "*a nova fonte do Largo Camões*". É pelo menos esta uma das ilações que se podem extrair de uma das rubricas do orçamento ordinário da Câmara para o ano de 1892. Nele se explicita que seriam necessários 200 mil reis para os tubos de ferro que canalizariam a água até à fonte (APL, 1991, 140).

As casas que marginavam o terreiro da feira, situadas a montante da ponte, como já tivemos ocasião de referir, também foram destruídas nos anos que se seguiram ao apear da Torre dos Grilos. As casas que então passaram a compor o Largo da Feira, a Rua do Rosário e a Rua Mestre João Lopes são, quase todas, do último quartel do séc. XIX. As excepções vão para a já citada casa onde se encontra a ourivesaria Matos, dos primeiros anos do séc. XX e o edifício que faz gaveto com a praça e a Rua do Rosário, em cujo rés-do-chão está o café Rio Lima. A fazer fé numa fotografia dos anos 20, o primeiro edifício, para além de possuir umas águas furtadas a meio da construção, tinha uma estrutura algo diferente daquela que tem na actualidade.

A nossa última nota vai para a capela de Nossa Senhora do Rosário que se situava, junto à ponte, entre esta e o edifício onde esteve alojado, durante anos, o jornal Cardeal Saraiva e depois a Livraria Primavera.

Desta ermida pouco se sabe. Miguel Reys Lemos, baseado em documentos que havia consultado em 1882 na casa da Fernandeira da freguesia de Calheiros, afirma que a capela já existia nos primeiros anos do séc. XV e que fora reconstruída no segundo quartel do séc. XVIII (Lemos, 1938, 78-79). Reconstruída ou não ela foi representada bem junto a um dos arcos da ponte, num desenho aguarelado que data do séc. XVII e foi reafirmado num outro de 1780 (Fig.2). Mas se dúvidas houvesse quanto à sua

existência e localização, Carvalho da Costa haveria de desfazer-las, em 1706, quando escreveu que a vila tinha cinco portas e uma delas era a “*da Ponte com huma Capella de Nossa Senhora do Rosario*” (Costa, 1706).

Foi a estruturação da Largo Camões e a aproveitamento do espaço que se situava entre a ponte e o largo da Feira, que viria a determinar a desafecção da capela ao culto e a sua conseqüente destruição. Consumada esta, a pedra seria vendida para Cerdedelo, o sino levado para o Convento de Santo António dos Frades e as imagens recolhidas na Capela da Lapa (Lemos, 1938), onde actualmente se encontram. Do que dela restou foram somente alicerces enterrados no espaço em frente à antiga casa da redacção do jornal Cardeal Saraiva.

Foi o Largo Camões pensado nos anos que se seguiram à década de 60 do séc. XIX. Aplanado o terreno, o chão foi ensaibrado de modo a tornar-se no primeiro pavimento de um espaço público. Este chão, espesso e de saibro bem calcado, acabou por tapar os alicerces da antiga Casa do Patim, as duas casas que ladeavam a Torre dos Grilos, o pano de muralha que se estendia até à Torre de S. Paulo, mas não os arcos da ponte. Estes só viriam a ser totalmente entulhados e tapados na década de 30 do séc. XX com as obras promovidas pelo tenente Belchior.

Só muito lentamente aquele espaço foi adquirindo o sentido de praça ou largo que posteriormente viria a ter com a abertura de um conjunto de casas comerciais. Para o efeito não bastava rodear aquele espaço de casas, com o rés-do-chão preparado para fins comerciais, era necessário dotá-la de equipamentos capazes de cativar a permanência das pessoas. De acordo com o orçamento que a Câmara propunha para o ano de 1889, estipulava-se uma verba de 74 mil reis para a aquisição de 16 bancos para o Largo Camões e um ano antes haviam-se reservado 32 mil reis para a compra de árvores a plantar naquela praça e no aterro da Praça da Rainha (APL, 1987, 137;1988, 124).

Foi neste primeiro pavimento que se movimentaram as pessoas do final do século XIX, todas as que iam buscar água ao fontanário situado na extrema meridional da praça e todas as demais que demandavam o comércio e serviços que aí se haviam instalado desde o primeiro momento. Prova evidente são os anúncios que algumas das casas comerciais punham, por exemplo, no Almanach do Lima de 1891: o estabelecimento de fazendas de António Affonso Ferreira, a mercearia de José Gomes Carneiro e a agência de navegação da Viúva Santos & Filhos (Almanach, 1891).

Ciclicamente esteve este largo sujeito às subidas das águas do rio. São conhecidos alguns dos momentos mais aflitivos por que passaram os moradores da zona ribeirinha e que se recordam em marcas existentes no Passeio 25 de Abril e mesmo na Torre da Expectação. Nesta torre, no alçado voltado à porta do Postigo, uma inscrição recorda, em data não determinada, uma das muitas cheias que galgaram as margens e alagaram uma boa parte da vila medieval. Célebre ficou a cheia de 1909 que causou sérios estragos na ponte, em especial na parte romana e no traço próximo à antiga Torre Velha e uma outra que em 1978 atingiria 2,25m no Largo da Picota (Norton, 1981,120-121).

Em tempo de cheias o retorno das águas ao seu primitivo leito ocorria alguns dias depois. Os estragos nas casas eram então reparados, mas em espaços abertos, nas ruas e praças amontoavam-se detritos e ficavam espessos mantos de lama. Nos sítios de circulação permanente, nos passeios e nas ruas empedradas, a lama era limpa, mas não em sítios onde o pavimento era em terra, como era o caso do Largo Camões. Na estratigrafia lá está documentada a grande cheia de 1909, através de uma espessa camada de terra humosa, enegrecida, com todos os sintomas de ser uma deposição natural.

Foi pouco depois da cheia de 1909 que a praça foi objecto de uma novo alteamento, o qual traduziu-se em novo piso de saibro sobreposto a uma espessa camada de entulhamento. É algo que deverá ter ocorrido em data anterior a 1925, altura em que entrou em obras, ficando com a feição que actualmente tem.

O último grande arranjo desta praça ocorreu no final dos anos 20, quando a Revolução de 1926 colocou no poder a Ditadura Nacional. Foi nessa altura que para ali foi transferido o elemento decorativo que mais se destaca na actual Largo Camões. É ele o belo chafariz renascentista, com dupla taça, que

originalmente estivera na boca da antiga Porta do Souto ou de S. Benedito. Construído entre o final do séc. XVI e os primeiros anos do século seguinte, por João Lopes, o Moço - já estaria concluído em 1603 – só foi transferido no final da década de 20 do séc. XX, quando o tenente de artilharia José Júlio Gomes Belchior, nomeado Administrador do Concelho pela Ditadura saída do golpe militar de 28 de Maio de 1926, empreendeu uma série de reformas que atingiram este Largo e fez surgir o actual Largo da Feira (Lemos, 1938, 55-56).

Foi também no final da década de 20 da mesma centúria que as obras empreendidas pelo tenente Belchior deram uma outra feição ao antigo espaço da feira. As obras, então realizadas, acabaram por mudar a face daquele espaço, amplo e aberto, sobretudo com a construção de um alto e forte paredão em alvenaria. Este, alinhando pelo paredão que definia o Passeio das Arborinhas, isto é, o actual Passeio 25 de Abril, vinha a entroncar na ponte, entre o 2 e o 3 arco a contar do Largo Camões. Confrontados estes dados com uma planta topográfica elaborada em 1927 e mandada fazer pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponte de Lima, fica claro que este não existia ainda naquele ano. O único alinhamento que já fazia os seus efeitos era aquele que, a jusante da ponte, definia o Passeio dos Reis, com os acessos ao areal que ainda hoje perduram.

Das obras então realizadas, aquela que mais impacto teve, pelos meios que envolveu e pelas alterações fisionómicas que introduziu no espaço que margina o rio, sem dúvida que foi a criação do Largo da Feira, anteriormente denominado Largo António Mimoso. De tais obras fala a documentação camarária referente àquele período e algumas das fotografias que foram publicadas no Vol. 3 do Arquivo de Ponte de Lima, dado à estampa em 1980.

Comparando o antes e o depois notam-se mudanças significativas no espaço que envolve a ponte, mas muito poucas no acervo habitacional que fazia o actual Largo da Feira. Se há efectivamente casas que viriam a alterar a linha de cêrcea e mesmo a modificar a planimetria do telhado com a inclusão de águas-furtadas – veja-se o exemplo daquele que é o Restaurante S. João e daquele que foi o antigo Hotel Faria - no geral conservaram o primitivo alinhamento e muito pouco modificaram a sua traça exterior.

Se a arquitectura deste espaço conservou, com soluções mais ou menos adequadas a cada caso, uma bitola de certo modo homogénea, o mesmo não poderemos dizer de todo aquele espaço que se estendia para o rio e onde numa reverência quase mítica, se fazia e faz todos os quinze dias, uma das mais concorridas feiras do Norte de Portugal. Esta estendia-se, para ambos os lados da ponte, funcionando os seus arcos, sobretudo os mais próximos das casas, como elos de união entre as duas metades da feira.

Com as obras então pensadas e executadas, uma boa parte da feira abandonou a proximidade das casas, para se estender ao longo do areal. A feira do gado continuou praticamente no mesmo sítio, a montante da ponte, mas as demais valências estenderam-se pelo areal localizado a jusante da mesma, invadindo o Passeio 25 de Abril e mesmas as áreas mais próximas.

A construção deste paredão permitiu dar uma nova feição a este antigo espaço da feira, adaptando-a a uma nova realidade viária, que já não era de carros de bois e de cavalos, antes de transportes motorizados. A elevação da cota, em cerca de 3 metros, permitiu arranjar um novo espaço que podia comunicar directamente com o Largo Camões, também ele anteriormente objecto de sucessivos arranjos e de elevação do pavimento que acabaria por esconder totalmente dois dos arcos da ponte e o que restava da Torre dos Grilos ou da Ponte.

Tais obras no Largo da Feira não se fizeram, todavia, sem causar sérias dificuldades aos moradores das casas que faziam aquele espaço. A elevação da cota viria a inutilizar, por completo, todos os rés-do-chão daquelas casas, transformando-as em caves ou em compartimentos desactivados. Com o entulhamento daquele espaço, o 1º andar de cada prédio passou a rés-do-chão, situação que implicou a adaptação de algumas janelas a portas com acesso ao novo espaço de circulação.

A fisionomia do Largo Camões e do Largo da Feira permaneceu, mais ou menos inalterável, até aos dias que correm. Salvo algumas modificações no pavimento, a traça é a mesma que nos legou o então tenente Belchior, salvo as modificações ocorridas no prédio da Ourivesaria Matos que elevou a sua linha

de cércea, no Café Rio Lima que modificou a sua fachada e no antigo Hotel Faria que alterou o antigo espaço das águas-furtadas.

Talvez que o pormenor cosmético, mais significativo, introduzido na era pós Tenente Belchior, seja o posto da extinta Polícia de Viação e Trânsito (PVT) – antecessora da Brigada de Trânsito – colocado na entrada da ponte, no começo do Largo da Feira. Construído para proceder ao controle rodoviário da ponte por parte da polícia, é fruto de uma arquitectura simbolista em que o Estado Novo foi pródigo. Num desenho que transporta para a placa de cobertura a idealização das armas nacionais, na sobriedade das suas linhas, é bem o exemplo de uma arquitectura que se expressou e por vezes bem em construções do tipo Caixa Geral de Depósitos, Hospitais, Universidades, escolas “Centenário”, Palácios da Justiça, Liceus e Escolas Comerciais e Industriais.

Mas nem tudo foram rosas. O progresso sob a capa dos CTT, do saneamento, da água ao domicílio e da drenagem de águas pluviais, haveria de provocar alguns sérios danos nos valores patrimoniais que estavam enterrados, sobretudo no Largo Camões. Quem mais sofreu com a abertura desenfreada e sem qualquer critério arqueológico ou patrimonial foram os dois arcos da ponte encobertos desde a década de 30. A escavação acabaria por revelar uma ponte seriamente danificada, sobretudo o arco mais próximo da Torre dos Grilos, seriamente abalado pela intromissão das últimas caixas e tubagens e mais uma vez ficou patente, quão graves são os conflitos de interesses quando está ausente uma política capaz de conciliar interesses privados com os valores patrimoniais, estes, até à data, de gestão pública.

2 - ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO EM TORNO DA LARGO CAMÕES

O carácter defensivo que o muro medieval possa ter influído no espírito dos moradores do burgo de Ponte de Lima, cedo foi esquecido. As casas que deveriam ficar a uma certa distância dele, cedo invadiram lugares interditos e de exclusivo uso militar. Talvez, como explicita Amélia Aguiar, o período de paz que se fez sentir, internamente, na 1ª metade dos séc. XV (Andrade, 1990, 55-56) tenha ajudado a esquecer, que entre as casas e a muralha, deveria prevalecer um espaço de circulação destinado a garantir a reparação do “*muro*” e a facilitar o acesso às escadas que conduziam ao adarve, em caso de perigo de invasão. Para além dos exemplos apontados para a Rua do Souto e Rua da Judiaria há que contar ainda com outros casos contidos na inquirição régia feita no séc. XV aos proprietários das casas localizadas no perímetro urbano da vila, sobretudo na Rua Cimo de Vila, onde “*estevom Rodriguez*”, que era escudeiro, tinha pelo menos três casas nesta rua, situando-se uma delas “*escontra ho muro* (Andrade, 37).

Que internamente as casas se encostaram ao muro mostra-o, presentemente, todo o tramo da muralha que ainda se conserva entre a Torre de São Paulo ou da Expectação e a Porta Nova, que foi aberta, em 1496, junto à Torre da Cadeia. Neste trajecto não há, à excepção do espaço que hoje constitui o Largo da Picota, uma nesga, mesmo que diminuta, capaz de permitir a circulação junto à muralha. De encosto a ela estão edifícios bem conhecidos no interior do espaço amuralhado como a Igreja da Misericórdia e edifícios adjacentes. Outros desapareceram, como aquele que, ao ser demolido, deu origem à actual biblioteca municipal e permitiu a ligação da Rua Cardeal Saraiva ao Passeio 25 de Abril, o que aconteceu entre 1924 e 1925 (Lemos, 1938,64; APL, 1981).

O desrespeito a tais regras, cedo se alargou ao exterior do espaço amuralhado. Ao longo do Passeio 25 de Abril, as casas que encostam à muralha, do lado de fora, datam do final do séc. XVIII, o mais tardar da 1ª metade do séc. XIX, mas sabe-se, arqueológica e documentalmente, que entre as duas torres, tinha havido, anteriormente, um correr de alpendres e duas casas adjacentes à Torre de S. Paulo, todas elas de portadas voltadas ao areal.

Situação mais ou menos análoga repetiu-se, no séc. XVII, a montante da ponte, com a diferença que ali eram casas de habitação que se sobrepunham a um espaço de circulação extra-muros: a Rua do Andame. Se quisermos fazer fé em reconstituições que pretendem retractar a fisionomia da vila em finais do séc. XVIII, devemos aceitar que havia casas coladas à muralha noutros pontos do seu perímetro,

nomeadamente nas imediações da Torre e Porta de São João (Araújo, 1980, 85) e no troço compreendido entre a Porta Nova e a Torre do Souto.

No caso específico do futuro Largo Camões a construção de casas do lado de fora do “muro” remonta, seguramente, ao séc. XVII. Desse período são as duas casas que, à data, já obstruíam a passagem sob os dois últimos arcos da ponte e possivelmente a extensa construção alpendrada que se estendia quase até à Porta do Postigo, contígua à Torre de São Paulo, assim chamada, porque ali havia uma imagem representativa daquele santo.

O aparecimento destas duas casas extra-muros, situadas a sul da ponte e do conjunto porticado no lado oposto, obrigou ao aparecimento de um espaço de circulação capaz de colocar as duas partes em comunicação. Foi assim que nasceu a Rua do Andame e a Rua ao pé da ponte de fora.

Rua do Pé da Ponte

A documentação civil e religiosa da vila contém uma série de referências a um espaço de circulação denominado *Rua do Pé da Ponte*. É provável que esta seja a mesma que noutra documentação é citada como Rua da Ponte. Se as duas são a mesma, então o seu traçado corresponde, no presente, à actual Rua Mestre João Lopes. Corresponde, mas só em parte, porque a rua primitiva está soterrada debaixo do renque de casas que constitui a ala meridional da rua actual, precisamente ao espaço actualmente ocupado pela Ourivesaria Matos e da casa que faz gaveto com a Rua Beato Francisco Pacheco.

A Rua da Ponte ligava-se à actual Rua Padre Beato Francisco Pacheco Pereira que corresponde ao troço quinhentista, à época, denominado por Rua Direita da Sapataria e que corresponde a uma parte do traçado da velha estrada de origem romana que atravessava o rio na ponte construída no reinado de Augusto.

A construção da ponte medieval fez chegar os seus arcos até ao espaço do actual Largo Camões, sítio onde também chegava o muro da vila. Entre os dois estava a Torre dos Grilos. A Rua da Ponte entroncava directamente na porta da torre voltada ao interior da vila, precisamente em frente à Ourivesaria Matos.

Apesar de não ser extensa, esta rua tinha casas de habitação e estalagens.

Na segunda metade do séc. XVIII, viviam ali algumas famílias e entre elas duas que solicitaram a sua admissão na Confraria de Nossa Senhora da Guia: Luís Soares Dias e sua mulher Mariana Luísa que pagaram de entrada “seis mil e quatrocentos reis” e se sujeitaram “aos estatutos” (AT, CNSG - LTM, 1772-1819, fl.44v) e Manoel de Araújo Lima que “para melhor servir a Deoz e a Virgem Nossa Senhora da Guia dezeja ser irmão desta veneranda irmandade” (AT, CNSG, LTM, 1772-1819, fl.65v).

A Rua do Andame

A Rua do Andame era um espaço de circulação situado debaixo das casas assentes sobre uma colonata. Quando este conjunto de casas foi destruído, para dar origem ao quarteirão compreendido entre o Largo da Feira e a Rua do Rosário, deu origem a esta última rua, só que com uma orientação mais adaptada à nova realidade urbanística. A dúvida que subsiste é se esta Rua do Andame, transformada em Rua do Rosário, foi a Rua Cimo de Vila da famosa inquirição régia do começo do séc. XV. Se o foi, como pretende Amélia Aguiar (Andrade, 1991, 40-47), algo não está certo. A sua Rua Cimo de Vila encontra-se intra-muros, enquanto a Rua do Andame localizava-se fora do dito “muro”, tal como a sucessora Rua do Rosário. Confrontados com tais indícios haverá, portanto, que procurar a dita Rua Cimo de Vila, mais para a parte alta da povoação, como aliás o sugere o próprio topónimo, possivelmente no seguimento da Rua da Ponte, fazendo ligação à Rua da Brancaria, ou mesmo mais para o alto para a imediação da Rua das Pereiras.

Rua ao Pé da Ponte de Fora

A *Rua ao pé da ponte de fora* desapareceu com as casas que encostavam à ponte e à muralha pelo lado meridional, para dar lugar ao Largo Camões. Apesar de não ser visível na célebre fotografia de 1858

(Fig.1), ela é facilmente intuída, se tivermos presente que a casa mais recuada tem uma janela voltada à poente, só possível porque entre as duas havia um espaço de circulação. O mesmo que a escavação revelou como sendo uma rua empedrada, muito desgastada pelo uso (Fig.10), com uma inclinação que facilitava o acesso ao areal e ao pavimento do primeiro arco da ponte, bem junto à parede da Torre dos Grilos. De acordo com a disposição das ruínas postas a descoberto pela intervenção arqueológica, era com relativa facilidade que se passava da Rua do Andame para a *Rua ao pé da ponte de fora* e vice-versa, transpondo o tabuleiro da ponte junto à Torre dos Grilos.

Será este o tal cruzamento que a dita inquirição régia refere quando, a propósito dos proprietários da Rua Cimo de Vila, diz ter "*Lourenço Rodrijuez abade de souto e gil fernandjz mercador...hua cassa na cruz da ponte*" (Andrade, 1991, 198)?

3 - A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Sabíamos que na Praça Camões estavam enterrados, desde finais da década de 20 do séc. XX, 2 arcos da ponte medieval, o alicerce da Torre dos Grilos e do muro da vila e eventualmente construções que a documentação escrita, a fotografia e as gravuras colocavam apenas à cerca e à ponte.

Perante tais condicionalismos, restava-nos estabelecer um programa de actuação que permitisse recolher o máximo de informação susceptível de estabelecer uma diacronia dos vestígios encontrados e ao mesmo tempo recolher toda a informação disponível, para o caso das estruturas descobertas virem a ser preservadas e musealizadas¹.

Foram então estabelecidas duas valas de sondagem no local onde sabíamos que poderiam estar os alicerces da Casa do Patim – vala 1 e 2 – para descobrirmos eventuais vestígios desta construção e do traçado da cerca medieval. Na zona da ponte e da torre, a metodologia seguida foi estabelecer uma quadrícula de 4X4m num espaço que se encontrava muito revolvido pelo anterior trabalho das máquinas.

A quadrícula aqui estabelecida acabaria por ter resultados mais aparentes que reais. Os revolvimentos e a retirada de muita da terra que havia sobre a torre e os arcos da ponte impediram o estabelecimento de leituras estratigráficas seguras, à excepção dos espaços laterais.

4 - AS ESTRUTURAS ENCONTRADAS

Nas valas 1 e 2 foram encontrados os alicerces da Casa do Patim e algumas das pedras que pertenciam ao alicerce da cerca medieval. Próximo, no espaço do antigo quintal da Casa do Patim, foi descoberto um poço. Na área quadriculada apareceram as seguintes estruturas: ponte, Torre dos Grilos, muro da vila, rua, paredão e vestígios de duas casas.

Vala 1

A escavação desta vala viria a revelar a existência de um sólido alicerce de uma casa. Pela descrição, esta só poderia ser a já mencionada Casa do Patim, obra que terá sido construída no decorrer do séc. XV, porque, de acordo com a tradição, ali terá pernoitado o Rei D. Manuel I, no decurso da sua Peregrinação a Santiago de Compostela, realizada no início do séc. XVI.

¹ Colaboraram nesta intervenção a Dr^a Maria José Mendes da Costa Ferreira dos Santos como arqueóloga de campo. Os desenhos das estruturas são da Dr^a Maria Helena Bernado Parrão e de Jorge Luís Guedes Sacramento da Silva. Os desenhos da cerâmica são de Rute Magalhães. Agradecemos a colaboração da arqueóloga municipal Dr^a. Sandra Raquel Rodrigues.

O alicerce da Casa do Patim foi feito com silhares de granito de boa dimensão e numa largura capaz de aguentar a colocação de uma parede feita com dupla fiada. As pedras apresentam-se bem esquadriadas, ligadas com barro, de faces bem picadas, a lembrar as boas construções de cantaria do início da época moderna. Pela dimensão e largura do muro tudo indica que seja o alicerce de uma das paredes de sustentação da estrutura da casa, presumivelmente uma das paredes exteriores (Fig.7).

Vala 2

Esta vala foi aberta alguns metros a sul da anterior.

Com a sua abertura pretendia-se obter dois objectivos: encontrar outras paredes da Casa do Patim e descobrir o traçado da cerca medieval, algo que não se havia conseguido com a abertura da Vala 1, que a prolongar-se, teria colidido com o alicerce do chafariz renascentista.

Uma das primeiras estruturas descobertas nesta vala foi um aqueduto construído no final do séc. XIX, o mesmo que haveria de aparecer também no espaço da Torre dos Grilos, encostado ao passeio de acesso à Ourivesaria Matos. O aqueduto foi integralmente feito com blocos de granito, de pedras mal afeioadas e os pequenos buracos tapados com pedras mais pequenas. O alicerce assentava sobre um bom piso de saibro, muito bem calcado e que foi o primeiro pavimento da Praça ou Largo Camões. De acordo com a estratigrafia, este pavimento estendia-se por uma vasta área e cobria integralmente o que havia restado da Casa do Patim e do alicerce da cerca medieval (Fig. 8 e 9).

Relacionado com a Casa do Patim foi encontrado um outro muro, de construção e tipologia semelhante ao anterior. A única diferença é que se trata de uma muro de espessura menor, razão pelo que deveremos considerá-lo com sendo uma parede não exterior do edifício (Fig. 8).

Esta intervenção veio a confirmar um dado que já era suficientemente conhecido. Em largos espaços da vila os proprietários haviam deixado de respeitar as directivas que proibiam o encosto das casas à cerca, retirando-lhe, dessa forma, uma operacionalidade militar e defensiva. De acordo com o que está expresso nesta vala, um dos compartimentos da casa encostava à parte interna do muro da cerca, sendo notórias as cinzas de um espaço que bem poderá ter sido de uma cozinha. Ao lado restam umas pedras do antigo alicerce da muralha e sobretudo muito do barro vermelho que esteve anteriormente a uni-las (Fig. 9).

Pelo menos neste troço da muralha esta havia sido integralmente desmontada durante os trabalhos que precederam a construção da Praça, isto é, quando foi desmantelada a Casa do Patim, da cerca medieval e das casas que estavam acopladas pelo exterior.

A intervenção arqueológica no sítio da torre e arcos da ponte fez-se numa altura em que as obras de remodelação do Largo Camões tinham começado, isto é, nos primeiros meses do ano 2000. Foi antes de tudo uma intervenção de emergência, situação que criou algumas complicações à equipa de arqueologia, impedida de estabelecer um plano que lhe permitisse uma malha capaz de interligar todos os locais sondados.

Perante estas e outras limitações a intervenção arqueológica começou com duas valas no local onde supúnhamos estarem os alicerces da antiga Casa do Patim. Seguiu-se a zona da ponte e da respectiva torre onde as máquinas já haviam retirado o antigo revestimento e remexido as camadas mais superficiais. Aqui a metodologia seguida foi estabelecer uma malha de quadrados de 4X4m. A malha inicial contemplava quadrados com as letras A, B e C e algarismos que iam de 1 a 6. A necessidade de incluir toda a área da Torre da Ponte ou dos Grilos obrigou, numa segunda fase, a acrescentar mais uma fila de quadrados baptizada com a letra Z (Fig. 3).

A escavação deparou-se com algumas limitações, devido aos revolvimentos e à retirada da terra que havia sobre a torre e arcos da ponte pela maquinaria, antes da nossa intervenção. As leituras obtidas são o resultado de uma escolha criteriosa, capaz de representar, o mais fielmente possível a realidade que encontramos. As faltas, que as há, são sobretudo nas camadas mais superficiais e recentes, que foram

retiradas pelas máquinas. As que representamos, foram-no em perfis laterais e não propriamente sobre a ponte e a torre.

4.1 - Descrição das camadas

- 01 - Lajeado do passeio; piso actual da ponte.
- 02 - Areão de coloração castanho acinzentada; nivelamento para assentamento do lajeado.
- 03a - Terra castanho alaranjada com nódulos de argila.
- 03b - Terra castanho acinzentada escura, com areia.
- 04 - Areão de cor castanho acinzentado.
- 05 - Terra castanho escura, heterogénea, arenosa, com pedra miúda, nódulos de argila, telha. Vala para canalização.
- 06 - Terra castanha, arenosa.
- 07 - Terra castanha acinzentada muito escura, com carvões. Entulho queimado sobre o arco da ponte.
- 08 - Terra acastanhada, homogénea, compacta, saibrosa. Antigo pavimento do Largo antes da actual pavimentação.
- 09 - Terra castanho clara com nódulos alaranjados, heterogénea, argilosa, compacta, com algumas raízes, pedra e seixos miúdos (nivelamento para o pavimento).
- 010 - Terra castanho avermelhada, com pedra miúda e telha. Espaço de circulação.
- 011 - Terra cinzento clara homogénea. Espaço de circulação.
- 012 - Terra cinzento clara, homogénea. Espaço de circulação.
- 013a - Terra cinzenta heterogénea, com areias e pedra miúda.
- 013b - Terra arenosa que envolve a canalização em cimento dos CTT.
- 014 - Areia. Enchimento.
- 015 - Terra vermelha, heterogénea, com pedra miúda que sobrou do arranque das pedras maiores do miolo da torre.
- 016 - Terra cinzento escura, arenosa. Restos de uma das cheias do rio.
- 017 - Terra vermelha misturada com outra mais castanha.
- 018 - Terra castanho escura, acinzentada, homogénea, com areia misturada. Cobria as pedras que ficaram da torre e respectivo lajeado. Cobria igualmente as pedras do antigo paredão.
- 019 - Terra castanha, heterogénea, com telha e pedra miúda. Cobria a torre após o saque das pedras.
- 020 - Terra castanho escura, homogénea. Encostava às pedras facetadas da torre. Cobria o lajeado da *Rua ao Pé da Ponte*.
- 021 - Areia grossa, com grandes blocos graníticos. Enchimento para lançar o pavimento exterior à torre.
- 022 - Terra castanho acinzentada, heterogénea, com telha, pedra miúda, arenosa. Restos da do arranque da pedra da torre.
- 023 - Terra castanho clara, compacta, homogénea, arenosa. Espaço de circulação.
- 024 - Saibro esbranquiçado com carvões.
- 025 - Terra castanho clara, heterogénea, arenosa, com carvões e telha.
- 026 - Areia fina.
- 027 - Terra castanho escura, heterogénea, compacta, xistosa, com pedras e raízes.
- 028 - Areia fina.
- 029 - Terra castanho clara, arenosa e saibrosa.
- 030 - Areia grossa.
- 031 - Terra castanho clara, homogénea, compacta, com areias.
- 032 - Terra castanho acinzentada clara, homogénea e arenosa.
- 033 - Terra cinzento escura, com areia fina. Restos de cheia do rio.
- 034 - Terra castanho clara acinzentada. Violação.
- 035 - Terra castanho avermelhada, muito heterogénea, com telha e saibros. Espaço de circulação.
- 036 - Terra preta com carvões.
- 037 - Saibro avermelhado. Espaço de circulação.
- 038 - Terra castanho clara, saibrosa, com pedra miúda.
- 039 - Terra castanho muito escura, homogénea, humosa.
- 040 - Terra castanho avermelhada, heterogénea, com argila e pedra.
- 041 - Terra castanho escura acobreada, com areia, pedra miúda e telha.
- 042 - Terra castanho escura, heterogénea.

- 043 - Terra castanha, homogénea, com pedra miúda, areias e telha. Cobre parcialmente as pedras do paredão do séc. XVIII.
- 044 - Carvões.
- 045 - Saibros brancos com telha e reboco. Restos da casa que encostava à muralha.
- 046 - Terra castanha, muito clara, saibrosa, com rebocos.
- 047 - Argila laranja, homogénea, compacta.
- 048 - Barro vermelho, homogéneo, com pedra (destruição da muralha).
- 049 - Terra castanho clara acinzentada, heterogénea, com reboco e telha.
- 050 - Carvões.
- 051 - Terra castanho avermelhada, heterogénea.
- 052 - Terra cinzento escura, com areia fina. Ocupação.
- 053 - Saibro esbranquiçado. Nivelamento que selou a muralha após o arranque de algumas pedras.
- 054 - Terra cinzento escura, com areia fina. Provável ocupação da casa.
- 055 - Terra castanho alaranjada, muito heterogénea, com telha e saibros (piso).
- 056 - Terra castanho escura acinzentada, heterogénea, argilosa, com telha e reboco. Destruição da casa.
- 057 - Terra cinzento acastanhada, escura, com areia muito fina. Sinais de ocupação.
- 058 - Terra laranja com reboco branco. Restos da casa que encostava à muralha.
- 059 - Terra preta com carvões.
- 060 - Terra castanho amarelada, arenosa.
- 061 - Terra castanho acinzentada escura, homogénea, argilosa. Sela o alicerce da casa.
- 063 - Terra preta, com carvões.
- 064 - Terra vermelha, homogénea, com pedra. Destruição da muralha.
- 065 - Saibros amarelados, heterogénea, com terra vermelha misturada.
- 066 - Terra cinzento escura, com conchas.
- 067 - Bolsa de saibro amarelo.
- 068 - Argila alaranjada. Ligava as pedras da muralha
- 069 - Terra castanho escura, homogénea, proveniente do saque das pedras da casa.
- 070 - Terra castanho clara, heterogénea, com saibros amarelos e pedra. Destruição do edifício que assentava parcialmente sobre a muralha.
- 071 - Terra castanho clara, heterogénea, com saibros amarelos.
- 072 - Argila vermelha que sobrou do saque das pedras da muralha.
- 073 - Terra castanho escura, homogénea. Selava o que restava do paredão do séc. XVIII.
- 075 - Areia.
- 076 - Terra castanho acinzentada clara, heterogénea, arenosa.
- 077 - Terra castanho escura, com carvões e telha. Camada de destruição que selou a parede da torre após o arranque das pedras.
- 078 - Terra castanho escura acinzentada, homogénea, argilosa.
- 079 - Terra amarelo-torrada, homogénea; argila.
- 080 - Terra castanho escura acinzentada, homogénea.
- 081 - Terra castanho clara, homogénea.
- 082 - Terra castanho acinzentada, muito escura, homogénea.
- 083 - Argila laranja, homogénea. Espaço de circulação.
- 084 - Terra castanho escura, heterogénea, argilosa, com carvões.

4.2 - Comentários à estratigrafia

A estratigrafia da intervenção arqueológica realizada no Largo Camões, merece-nos alguns considerandos, apesar do aparente ar confuso que resulta das muitas mexidas porque o Largo passou nos anos que se seguiram - 2ª metade do séc. XIX - ao desmantelamento da torre e da muralha e das circunstâncias em que realizamos o nosso próprio trabalho.

As 84 camadas registadas (Figs. 4, 5 e 6) contam-nos a história de um espaço, que começou com a construção da Torre dos Grilos e da ponte medieval – não foi possível escavar níveis anteriores, porque o factor tempo o não permitia e as condições de segurança desaconselharam-no face ao exíguo espaço da intervenção – e terminou, para já, com a actual pavimentação.

O registo estratigráfico mais antigo, que remonta ao séc. XIV, é precisamente a camada 84, a qual marca o espaço temporal imediatamente anterior ao início das obras. As camadas que se lhe sobrepõem, até à 76, reflectem bem o momento da construção da torre. O alicerce, escalonado, foi sucessivamente tapado com várias camadas de terra. Até à 79 admitimos que são camadas de terra ali lançadas para tapar parte do alicerce. A camada 79, até pela sua composição – saibro argiloso - será uma espécie de término dos trabalhos, funcionando as outras como momentos da ocupação que se seguiram. As camadas que se seguiram, pelo menos até à 64, registam a destruição mais ou menos imediata da torre e do *muro* da vila. A argila ou saibro mais ou menos plástico, que marca o momento da construção da torre, tem grandes analogias com os saibros argilosos que vão aparecer em muitas das camadas que se lhe sobrepõem, por duas ordens de factores: são oriundos da construção da torre e da muralha e para ali ficaram misturados após o desmonte das duas estruturas ou simplesmente, devido à sua plasticidade, foram extraídos, em idênticos barreiros, para serem aplicados nas sucessivas pavimentações, caso das camadas 10 e 35, que altearam o Largo até à cota que hoje se encontra.

Nas camadas que se seguiram e que altearam sucessivamente a cota original daquele espaço, está registado todo o historial do Largo Camões, desde a 2ª metade do século XIX até ao começo do séc. XX. Não está todavia o anterior, o que medeia entre a construção e a destruição do muro e da torre da ponte, do mesmo modo que as limitações de tempo e de espaço nos impediram de registar as ocupações relacionadas com as casas que encostavam exteriormente ao muro e nos obrigaram a uma imagem muito parcelar da Casa do Patim.

O momento mais antigo data da 2ª metade do séc. XIX, quando se procedeu à regularização do futuro Largo Camões, que foi redesenhado e tornado amplo com eliminação da Casa do Patim, da torre e do *muro* da vila e das casas que a eles encostavam. O segundo, aconteceu já no começo do séc. XX. Assinala o momento da construção do paredão actual, a eliminação da capela de Nossa Senhora do Rosário, o entulhamento dos dois arcos da ponte que entravam pelo Largo dentro e a transferência, para o seu centro, do chafariz que estava junto da entrada da antiga Porta do Souto ou de São Benedito.

A estratigrafia regista a presença de camadas de destruição e de ocupação, momentos de cheias - a camada 33 é um bom exemplo - atulhamentos propositados com areia ou terra, a construção de novos pavimentos como os que ocultaram por completo o que restou da Casa do Patim e o alicerce do *muro* da vila. Regista, igualmente, a altura em que foram introduzidas estruturas de saneamento e de condução de águas pluviais, as quais assentaram directamente sobre o primeiro pavimento do Largo no período pós torre e *muro* da vila. Seguiram-se as intromissões, as violações das camadas subjacentes, com a abertura de valas para assentamento de canalizações e das condutas para cabos eléctricos e telefónicos. Tais obras originaram movimentações de terras e misturaram muitas das camadas. Por vezes as violações foram extensas e profundas.

Comprova ainda a estratigrafia, que entre o último decénio do séc. XIX e as obras do final da década de 20 do século XX, aquele espaço foi alteado mais que uma vez, uma das quais com uma espessa camada de saibro avermelhado. Serviu para assentamento do lajeado da rua que entretanto foi construída sobre as ruínas da torre, ocultou o antigo arruamento *ao pé da Ponte de Fora*, o paredão que sustentava o desnível do terreno, entre o *muro* da vila e a casa que lhe estava acoplada e o areal. Naquela altura foram tapados os arcos da ponte que entravam pelo Largo e foi rectificadas a Rua Mestre João Lopes, a sucessora da antiga Rua da Ponte.

O último momento registado pela estratigrafia refere-se ao pavimento que antecedeu o actual. Assentou sobre uma camada de areão, registada como O2.

5 – ESTRUTURAS

A intervenção arqueológica pôs a descoberto uma série de estruturas, qual delas a de maior significado para a história da vila de Ponte de Lima. Entre elas destacamos os arcos da ponte medieval,

a Torre dos Grilos, o muro da vila, a Rua do Pé da Ponte de Fora, o paredão, as casas que encostavam à muralha e finalmente a Casa do Patim.

Os arcos da ponte medieval

Desde o final da década de 20 do século passado que se sabia que dois dos arcos da ponte medieval haviam sido soterrados na altura em que o Largo Camões foi alargado até aos limites que actualmente tem. A reformulação daquele espaço implicou a construção de um alto paredão de alvenaria que viria a alinhar com um outro que já existia ao longo do Passeio das Arborinhas, a antecessora do actual Passeio 25 de Abril. Obrigou também ao desmantelamento da capela de Nossa Senhora do Rosário e ao enterramento de todo o troço da ponte entre o paredão e a entrada da Rua Mestre João Lopes, que foi realinhada. Tal directiva implicava, também, o soterramento de todo o espaço anteriormente ocupado pela Torre dos Grilos.

As presentes obras de remodelação do Largo implicavam a instalação de novas condutas pluviais e a ligação às caixas já existentes. Foi no decurso destas obras que apareceu o arco mais oriental da ponte, aquele que mais próximo estava da Torre dos Grilos.

Tecnicamente não há dúvida que este arco faz parte da ponte medieval, construída no decurso da 1ª Dinastia, entre o reinado de D. Dinis e o de D. Pedro I, mas que estava em estado de consolidação precária. Do antigo intradorso não restava quase nenhum enchimento, pois este havia sido descarnado na altura em que os arcos foram soterrados e nivelados, para que a cota da Praça aqui não ficasse mais elevada que a parte restante. A sua manutenção, mesmo que precária, era mantida pela areia que havia sido lançada para debaixo do arco. A areia, ao ser agora parcialmente retirada, colocou em risco o equilíbrio estrutural do arco, tanto mais que algumas das pedras do fecho estavam abaladas e mesmo deslocadas. Foi assim que, provisoriamente, foi construído um muro de suporte em blocos de cimento por debaixo do arco e travada a retirada da restante areia, facto que inviabilizou uma limpeza daquele espaço, seguida de uma intervenção mais profunda. Por exemplo, a inventariação das siglas existentes nos silhares que formam o arco da ponte e mesmo a escavação do chão.

A Torre dos Grilos

Apesar de saber-se da existência da Torre dos Grilos ou Torre da Ponte, como também era conhecida, desconhecia-se a sua real localização e muito menos o que dela restava. O que havia eram conjecturas, hipóteses, palpites, mas nenhum registo gráfico ou fotográfico da ponte após o seu desmantelamento. A imagem, ilusória, que havia, era o de uma torre com duas portas em perfeita conexão com o alinhamento da ponte. Após a limpeza e a escavação que se seguiu, concluímos que a ponte estava descentrada relativamente ao seu eixo e que a entrada na torre, fazia-se por uma porta em L. Por outras palavras, quem circulava na ponte e pretendia entrar na vila por esta porta, fazia-o por uma porta lateral (Fig. 16) e não frontal como se pensava. A prova está, bem clara, no encaixe de uma ombreira da porta encontrada na parede voltada ao passeio do Café Rio Lima e no polimento das próprias pedras (Fig. 14).

A torre estava soterrada debaixo de 1,5m de terra, muita dela revolvida pela intromissão de um cano de saneamento e a colocação de uma conduta em cimento da responsabilidade dos CTT. De qualquer modo, duas ilações tiramos após ter sido integralmente retirada a terra que cobria o alicerce sobrance da torre. A primeira é que o primeiro pavimento da Praça – terra calcada semelhante à vala que descobriu o alicerce da Casa do Patim – foi precedido de uma regularização do terreno, sendo os restos do barro da torre e da cerca misturados com as terras que viriam a servir de substracto ao dito pavimento. A segunda ilação é ainda mais interessante. Entre as diversas camadas há algumas finas camadas de terras escuras, húmidas, quase simulando cinzas. Não o são, porque representam o registo de algumas das cheias do rio que atingiram, desde a década de 80 do séc. XIX, o espaço da Praça.

A intervenção arqueológica viria a clarificar uma outra situação.

Com a regularização da Praça, havia chegado o momento de realinhar a antiga Rua da Ponte e de traçar um novo arruamento que, o mais rectilíneo possível, ligasse a entrada da ponte à Rua Beato Francisco Pacheco. Assim nasceu a Rua Mestre João Lopes ligeiramente mais meridional que a primitiva Rua da Ponte. Esta está, até pela orientação da porta nascente da Ponte, debaixo da Ourivesaria Matos e da casa que lhe está acoplada e faz gaveto com a Rua Beato Francisco Pacheco. Deste arruamento que funcionou até ao enterramento dos arcos da ponte em finais da década de 20 do século passado, resta uma pequena parcela do pavimento, feito com lajes de boa dimensão e bem articuladas claramente assentes sobre a camada de terra que viria a cobrir o alicerce da torre, após a sua total desactivação (Fig 11).

A Torre dos Grilos é uma construção rectangular, com um alicerce escalonado nas duas faces onde entronca a cerca medieval e rampeada na face voltada ao interior da vila, tal como na sua oposta, a que está voltada à ponte (Fig. 10, 11 e 13). Trata-se de uma construção feita com boa silharia, bem picada e afeiçoada, alternando os grandes blocos de granito, com outros de menor dimensão, numa clara missão de travamento da parede. Os interstícios foram tapados com barro e pedra miúda. O miolo da torre foi integralmente cheio com blocos de pedra, mais informes, solidamente ligados com um barro vermelho de óptima qualidade (Fig.14). Como faltam fiadas não sabemos como era o pavimento que compunha o interior da torre. De qualquer modo não andaria longe de um lajeado, bem assente no chão da torre, certamente marcado pelo trânsito carrário, que seria intenso em certos momentos, sobretudo em dias de feira.

Marcadas estavam a grande maioria das pedras que faziam parte da sapata escalonada da torre. As siglas estão bem patentes nos diversos silhares da torre e entre elas destaca-se uma cruz de braços florenciados, uma cruz helicoidal, desde a Proto-História identificado como representação simbólica do sol, já para não falar de outros símbolos como o X ou V ou L deitado, a par de outras representações mais complexas que a simples letra isolada. Em linhas gerais estas siglas são semelhantes a outras da Torre de S. Paulo e dos muitos arcos da ponte medieval.

O muro da vila

O troço da cerca medieval situado entre a Torre dos Grilos e a Torre de S. Paulo ou da Expectação ainda subsistia, mais ou menos intacto, em meados do séc. XIX. A sua demolição ocorreu, mais ou menos em sintonia com a Torre dos Grilos, a Casa do Patim e das casas que encostavam à cerca pelo lado de fora.

A intervenção arqueológica feita no espaço da Largo Camões pretendia responder a duas questões, intrigantes sem dúvida, porque não encontravam correspondência nas diversas opiniões que havia sobre o traçado efectivo do *muro da vila* e o ponto de intercepção daquele com a Torre dos Grilos. Foi esse um dos objectivos da abertura das Valas de sondagem e uma das prioridades quando escavamos em área o espaço correspondente à Torre dos Grilos. Nas duas Valas só encontramos sinais da cerca na Vala 2, mas junto à torre acabamos por descobrir o *muro* no ponto em que ambos se interceptavam.

De acordo com o plano de intervenção arqueológica, este foi um dos pontos onde conseguimos obter alguns elementos estratigráficos estabilizados, isto é, não alterados ou revolvidos pela intervenção da maquinaria que anteriormente havia actuado no espaço da Praça. A análise dos sedimentos permitiu então estabelecer um conhecimento bastante bem conseguido deste espaço e que se traduz no seguinte:

- A estrutura do *muro* da vila interligava-se com o aparelho da Torre dos Grilos, havendo pedras denteadas que se sobrepunham ao alicerce escalonado daquela (Fig.13).

- O *muro da vila* encostava à Torre, não em linha recta como antigas descrições o propunham, antes em diagonal, fazendo uma ligeira flexão, em curva, na direcção da curva do rio (Fig. 13).

- O *muro da vila* foi construído de um modo semelhante à da Torre dos Grilos (Fig.12). As paredes exteriores eram compostas por blocos graníticos, bem afeiçoados e faces picadas, por vezes com siglas análogas às da torre, sendo o miolo preenchido com pedra mais informe ligada com argamassa de barro vermelho.

- No espaço junto à cerca e à Torre dos Grilos foram encontrados indícios de uma casa que uma fotografia de 1858 colocava apoiada na estrutura da cerca. A intervenção arqueológica, apesar de já não ter encontrado os seus alicerces – eles foram integralmente desmantelados com as sucessivas obras de remodelação do Largo – determinou que a casa havia-se apoiado na cerca, isto é, que o edifício havia estado distribuído por ambos os lados do *muro*. Desta casa restavam alguns silhares reaproveitados do *muro*, revestidos a argamassa caiada de branco e uma pia encontrada nas terras revolvidas. Com ela estava ainda relacionado um nível de cinzas.

Esta casa foi construída numa altura em que a muralha já estava meio derruída, aliás como a Torre dos Grilos, situações que a fotografia de 1858 bem documenta.

- Sobrepostos às ruínas do *muro da vila* e da casa encontraram-se dois níveis relacionados com as cheias que ocorreram na vila, em data posterior à construção do Largo e que acabaram por confirmar algo que já tínhamos intuído no sítio onde a Torre intercepta o alinhamento da ponte. Com toda a certeza uma destas manchas de lodo escurecido remonta à célebre cheia de 1909.

- Por dificuldades decorrentes da localização do passeio que separa as casas localizadas entre o gaveto com a Rua do Rosário e a Rua Beato Francisco Pacheco – neste espaço estão, entre outras casas, o Café Rio Lima, uma barbearia, uma loja de telemóveis e o Oculista Matos – não foi possível levantar este passeio e consequentemente fazer ali uma intervenção arqueológica. Se o fizéssemos, possivelmente teriam sido encontradas provas mais seguras do arranque da cerca e do respectivo alinhamento que tem até à Torre de S. João. Assim ficámo-nos por um alinhamento provisório.

A Rua ao pé da Ponte de Fora

Uma das novidades desta intervenção foi a descoberta daquela que a documentação referia como sendo a *Rua ao Pé da Ponte de Fora*. Sabia-se da sua existência, mas a realidade física nunca havia sido comprovada. Esta foi a altura adequada para o fazer e com sucesso.

Esta rua estava situada na parte exterior da cerca medieval, fazendo a ligação entre o areal e a Rua do Andame, uma outra artéria localizada no exterior do *muro da vila* e que hoje corresponde sensivelmente ao traçado da Rua do Rosário. A ligação fazia-se através de uma escadaria com 2 a 3 degraus que permitia subir até ao patamar formado pela junção da ponte com o espaço alargado, situado em frente à porta lateral da Torre dos Grilos, onde estava a porta em L. Dessa escadaria ficou parte do seu substracto pétreo e uma das pedras, bem aparelhadas da mesma.

Conforme o demonstrou a presente intervenção, esta rua situava-se entre a casa que havia sido construída, parte dentro, parte fora da cerca e o grosso paredão que encostava ao último arco da ponte (Fig. 15). Aliás, com a sua construção, ficou claro que este arco tinha já escassa serventia na altura em que o paredão foi levantado: no séc. XVII.

Com um certo pendor, mas não tanto que se pudesse subir ou descer sem grandes atropelos, percebe-se que foi construída para facilitar o trânsito das pessoas, mas não de carros, porque não encontramos marcas dos seus rodados nas pedras gastas e polidas pelo intenso uso. Tudo indica que somente foi uma rua pedonal que permitia e facilitava o acesso dos moradores e dos transeuntes vindo dos lados da Rua do Andame e mesmo daqueles que transitando na ponte queriam descer até ao areal.

Que esta rua é obra posterior à construção da Torre dos Grilos, expressa-o e bem a estratigrafia, já que algumas das pedras da calçada foram colocadas de modo a cobrir uma boa parte do rampeado da ponte do lado do rio. Era a partir desta rua que se tinha acesso às duas casas, cujos alicerces acabaram por aparecer, ao areal que bordeja o rio onde se fazia uma grande parte da feira (Fig. 10).

Paredão seiscentista

Este paredão foi construído, sobretudo, para sustentar e definir o traçado da *Rua ao Pé da Ponte de Fora*, embora também se possa dizer que tal suporte, foi aproveitado como parte integrante da casa que se documenta no areal, junto à ponte.

O paredão tem uma espessura superior a 1,20m e é formado por grandes blocos de pedra, com a face bem picada voltada ao rio (Fig.15). Encostava ao arco da ponte e por sua vez servia de suporte ao muro de uma casa, a mesma que a fotografia de 1858 documenta no areal, junto à ponte.

Casas acopladas à cerca e à ponte medieval

Os alicerces descobertos junto à cerca medieval e à ponte pertenciam a duas construções distintas, a duas casas que uma gravura do séc. XVIII e a fotografia de 1858 documentam. Os alicerces mais evidentes são os da casa implantada no areal, entre o paredão da *Rua ao pé da ponte de fora* e o arco da ponte. Trata-se da pequena parcela de uma parede, de face dupla, a nível de alicerce e que encostava claramente ao muro/paredão de sustentação da rua (Fig.15). Pela sua disposição é notório que a casa, ao estender-se para o lado do rio, inutilizava o 1º e certamente a totalidade do 2º arco da ponte medieval do lado da vila. Permitia, isso sim a passagem pedonal, mas não a passagem de veículos por debaixo destes dois arcos.

A Casa do Patim

As valas abertas em pleno Largo Camões revelaram o sólido alicerce de uma casa. Pela localização e orientação, só pode pertencer à já mencionada Casa do Patim, obra que terá sido construída no decorrer do séc. XV, porque, de acordo com a tradição, ali terá pernoitado o Rei D. Manuel I, no decurso da sua Peregrinação a Santiago de Compostela, realizada no início do séc. XVI.

O alicerce da Casa do Patim foi feito com silhares de granito de boa dimensão e numa largura capaz de aguentar a colocação de uma parede com dupla fiada. As pedras apresentam-se bem esquadriadas, ligadas com barro, faces bem picadas, a lembrar as boas construções de cantaria do início da época moderna. Pela dimensão e largura do muro tudo indica que seja o alicerce de uma das paredes de sustentação da estrutura da casa, presumivelmente uma das paredes exteriores (Fig.7).

Relacionado com a Casa do Patim foi ainda encontrado um outro muro, de construção e tipologia semelhante ao anterior. A única diferença é que se trata de um muro de espessura menor (Fig. 8), razão pelo que devemos considerá-lo com sendo uma parede não exterior do edifício, isto é, de uma das divisões da casa.

A Casa do Patim tinha um quintal que se estendia até ao *muro da vila* e neste havia um poço, com cerca de 3 metros de profundidade, formato rectangular, totalmente forrado com silharia de boa esquadria. O remate era em abóbada e na actual reconversão do largo foi recuperado e musealizado.

Infra-estruturas

Entre as diversas infra-estruturas deveremos mencionar, sobretudo, aquelas que foram construídas com recurso à pedra, já que as obras em cimento são claramente do séc. XX.

Uma delas é um aqueduto construído no final do séc. XIX, o mesmo que também apareceu junto à Torre dos Grilos, encostado ao passeio de acesso à Ourivesaria Matos. O aqueduto foi integralmente feito com blocos de granito, de pedras mal afeioadas e os pequenos buracos tapados com pedras mais pequenas. O alicerce assentava sobre um bom piso de saibro, muito bem calcado, o que foi o primeiro pavimento do Largo Camões. De acordo com a estratigrafia este pavimento estendia-se por uma vasta área e cobria integralmente o que havia restado da Casa do Patim e do alicerce da cerca medieval.

Espólio

A intervenção arqueológica realizada no Largo Camões propiciou uns milhares de fragmentos cerâmicos – cerca de sete mil cacos – que se subdividem em pasta vermelha não vidrada, pasta castanho avermelhada não vidrada, louça picotada, louça preta, louça vermelha vidrada, faianças, porcelanas, materiais de construção e de cobertura e vidros.

Na generalidade a cerâmica desta intervenção reflecte, muito bem, o panorama da própria estratigrafia: enormes revolvimentos, profundas violações que originaram na mistura dos materiais arqueológicos. O resultado disto redundou numa fraca fiabilidade cronológica dos materiais e numa presença, largamente maioritária de materiais arqueológicos produzidos após o desmantelamento da muralha e da Torre dos Grilos.

À imagem da estratigrafia, também o material arqueológico e em especial o cerâmico, acompanha a cronologia da construção e sobretudo da ocupação inicial dos espaços que rodeavam o *muro da vila*, a torre e a Casa do Patim. Não é grande em número, nem poderia sê-lo. Convirá recordar que a grande fornecedora de materiais cerâmicos seria a Casa do Patim, mas no espaço desta só foram efectuadas duas valas de caracterização genérica e que em redor da Torre dos Grilos a intervenção praticamente não passou dos limites por aquela definidos. O mesmo poderemos dizer do espaço abrangido pelas casas do séc. XVII e XVIII que encostavam por dentro e fora do *muro da vila*. Destas limitámo-nos a registar a sua presença no momento em que interferiram com a torre e muro da vila. Para percebermos as respectivas dimensões e ocupações, a existirem ainda, haveria necessidade de escavar integralmente todo o Largo Camões.

Os materiais arqueológicos mais antigos podem ser atribuídos ao séc. XV-XVI. São as cerâmicas com os bordos e asas picotadas produzidas na região de Prado (Barroca, 1993; Peixoto, 1966) e que chegavam facilmente a Ponte de Lima pela antiga estrada romana (Almeida, 1979) que passava nas imediações daquelas olarias. O local ideal para a sua comercialização era a tão antiga, como tradicional feira quinzenal, que se realizava no areal fronteiro à vila amuralhada. Coevas serão algumas faianças de tipo malegueiro mas com decoração a azul e vinoso (tipo sevilhano) cobrir a aba dos pratos e o exterior das malgas (Dórdio et alii, 2001, 132-133). Ligeiramente mais tardias são as faianças de origem portuguesa, decoradas com motivos vegetalistas, a azul, numa profusão que abarca praticamente todo o interior dos pratos e malgas. O esmalte apresenta-se, quase sempre quebradiço e nem sempre disfarça as impurezas da pasta de tonalidade quase sempre rósea. A cronologia, que normalmente se lhe atribui, centra-se no 1º quartel do séc. XVII, estendendo-se aquelas que têm como decoração as “rendas” para meados da mesma centúria (Dórdio, 2001, 141-143; Barreira et alii, 1995, 158-162).

Toda esta produção, significativa, não na quantidade mas na qualidade, está relacionada com habitações com uma certa pujança económica, pois não era acessível às classes mais humildes. Na generalidade estará relacionada com a Casa do Patim, de ascendência senhorial e com outras habitações que terão estado nas imediações do actual Largo Camões. As cronologias, entre as cerâmicas e a dita Casa do Patim, condizem e algumas delas apareceram mesmo nas valas de sondagem responsáveis pela descoberta dos seus alicerces.

Com esta habitação e similares estão igualmente relacionadas os produtos cerâmicos, sobretudo a faiança cujos motivos decorativos foram alcançados com recurso a cores em que se combina o azul e o vinoso, mas cujas pastas, bastante mais avermelhadas as excluem das produções de tipo sevilhano. A sua cronologia é mais tardia, pois aponta-se-lhe o 3º quartel do séc. XVII mais a 1ª metade do XVIII, para as produções saídas da Fábrica Briosso de Coimbra que produziu ao longo da centúria de setecentos (Dórdio, 2001, 151-155; Barreira et alii, 1995, 145-184).

Os restos cerâmicos até agora referidos são uma ínfima percentagem face aos outros que pertencem à 2ª metade do séc. XVIII e ao séc. XIX-XX. A maioria foi recolhida nas camadas estratigráficas que se sobrepuseram ao desmonte do muro da vila e da Torre dos Grilos e aparecem espalhados por toda a área do Largo Camões, fruto da regularização e alteamento a que aquele espaço esteve sujeito durante os anos que se seguiram. Na amálgama que foram as deposições de terras que cobriram aqueles muros, mais os das casas que os acompanharam na demolição, misturaram-se cerâmicas de várias origens, fabricos e cronologias. Dificilmente saberemos se pertenciam às habitações que já definiam o actual Largo, no último terço do séc. XIX. O mais provável é que tenham para ali sido trazidas, sabe-se lá de onde, juntamente com a terra que foi sucessivamente alteado o Largo. Como o demonstra a estratigrafia, vários foram os pavimentos que antecederam o actual, com regularizações intermédias. Dificilmente poderemos dividi-los

por camadas estratigráficas, porque em todas elas há produções antigas misturadas com outras mais recentes, a solução foi dividi-las por fabricos, de acordo com as suas características.

Nas cerâmicas de pastas não vidradas, há produções aparentadas às de Ovar, senão mesmo de lá oriundas e que sabemos terem um percurso cronológico que se inicia pelo séc. XVI e estende-se para lá do XVIII (Barreira et alii, 1995, 145-184). Há, sobretudo, malgas de fundo reentrante e pança carenada e cântaros de com o colo e bojo espatulado, mas, a par destas, há outras que devem ser atribuídas a Prado. A estas mesmas olarias devem ser imputadas outras que têm pastas mais acastanhadas, mais grosseiras e também a chamada louça preta, apesar de, no final do séc. XIX, também produzir-se desta cerâmica nos fornos de Lanheses (Fernandes, 1996).

Das olarias de Prado e por analogia de toda a região que se estende até à entrada de Barcelos - Cervães, Areias-S. Vicente, Manhente, Galegos (Santa Maria) e Galegos (São Martinho) - provêm os chamados “vidrados de chumbo”. Na sua quase totalidade são produções do séc. XIX e mesmo XX, mas também as há mais antigas. No primeiro grupo distinguem-se as malgas, pratos e copos cobertos com um vidrado alaranjado decorado com motivos geométricos ou simplesmente aleatórios, sobrepostos por uma coloração amarelada, mais carregada ou mais beije consoante os casos, enquanto ao segundo são atribuídos os vidrados em tons de verde escuro aplicados em peças de grande diâmetro como são os alguidares e as talhas. Certos fragmentos são mais antigos e forâneos. A sua pasta vermelha coberta por um engobe branco sobre o qual foi aplicado um vidrado verde alface coloca-os na lista dos produtos oriundos do Norte de França e são de atribuir ao período final da Idade Média: séc. XIV (Nicourt, 1986).

Se nos abstrairmos das porcelanas – destacamos as peças da Vista Alegre produzidas entre 1910 e 1917 (Simas et alii, 1996, 156) - o grupo maioritário é inquestionavelmente o das faianças e nestas sobressaem as produzidas na região do Porto e de Vila Nova de Gaia. As formas mais comuns são os pratos e as malgas, estas com decoração em ambas as faces. No geral são peças muito decoradas, numa espécie de horror ao vazio, que se dividem em dois grupos principais: monocromáticas e policromáticas.

Nas primeiras prevalece o azul como cor preferencial, mas também há peças decoradas com outros tons, sobretudo o rosa. Distinguem-se, sobretudo aquelas que foram decoradas com flores e acabamento a pincel. Temos sobretudo um exemplar com estas características e que tem semelhanças com outras que costumam ser atribuídas à Fabrica de Miragaia (Fig. 20).

Na policromia, a paleta é bem mais vasta, pois as malgas, os pratos, os copos e mesmo até os servidores, aparecem pintados com cores vivas como o amarelo, o verde, o rosa, o azul, combinando-se numa profusão de motivos que vão do geométrico ao vegetalista. São peças bem conhecidas de todas as intervenções urbanas com ocupações do final do séc. XIX, início do XX e de acordo com alguns estudiosos serão produtos de fábricas de Vila Nova de Gaia, especialmente da Bandeira e da Fervença. Com cronologia análoga a estas são aquelas cuja decoração foi obtida através de um esponjado numa coloração castanha. Têm uma cronologia próxima a meados do séc. XIX e são conhecidas, por exemplo, na intervenção arqueológica realizada na Cadeia da Relação do Porto (Dórdio, 2001, 161-164).

Finalmente na palavra para os pratos e algumas malgas produzidas nas fábricas de Sacavém e Massarelos. Os motivos, em monocromia azul, verde ou rosa, decoram o centro de pratos com motivos campestres, sobressaindo o tema da “estátua” ou “cavalinho”. São peças com marcas impressas no fundo exterior e que cobrem uma cronologia que vai do último quartel do séc. XIX até ao segundo decénio do XX.

Catálogo

Cerâmica vermelha não vidrada

- Tigela. Pasta cinzenta no cerne e vermelha na superfície. Pé reentrante. Superfícies alisadas, tendo a interior vestígios de engobe castanho-avermelhado. LCPL00.C9. Inv. 21 (Fig. 18,1).
- Tigela. Bordo voltado para o exterior. Carena a marcar o meio da pança. Pasta vermelha, compacta, cerne levemente acinzentado. Superfícies alisadas. LCPL00.C9. Inv. 18 (Fig.18, 3).

- Púcaro. Fundo. Pasta vermelha, não muito cuidada. Superfície exterior coberta com aguada vermelha onde sobressaiam linhas de brunido vertical. Superfície interior fortemente marcada pelas estrias do torno. Pé raso com marcas de corte por fio. LCPL00. C2. Inv.63 (Fig. 18,2).
- Alguidar. Pasta vermelha, cuidada e bem cozida. Superfície interior coberta com aguada vermelho acastanhado. Superfície exterior alisada. LCPL00. C64.Inv.2.

Cerâmica de pasta castanho avermelhada não vidrada

- Taça. Bordo soerguido, facetado exteriormente. Perfil arqueado, levemente carenado. Pasta castanho alaranjada, com grãos de areia de grande calibre. Superfícies alaranjadas enegrecidas pelo uso culinário. PCPL00. C69.Inv.73.
- Testo. Pasta acastanhada, bem cozida, mas com bastante desengordurante arenosa de médio calibre. Superfície exterior alisada e queimado pelo fogo. Tem fuligem. LCPL00.C18.Inv.109.

Cerâmica do Prado (decoração picotada)

- Asa. Bordo com arranque de asa de rebordos elevados. Pasta com cerne cinzento e superfície alaranjada, com desengordurante arenoso de pequeno calibre. Decoração a picotado no bordo e asa. LCPL00. C61. Inv. 96.
- Asa. Bordo com arranque de asa de rebordos elevados. Pasta com cerne beije alaranjado e superfície alaranjada, com desengordurante arenoso de pequeno calibre. Decoração a picotado no bordo e asa. LCPL00. C61. Inv.52 (Fig. 17. 4).
- Taça. Bordo em aba larga, facetado e levemente soerguido. Pasta cinzenta, cuidada com finos grãos de desengordurante. Superfícies alaranjadas, tendo a exterior uma decoração à base de caneluras horizontais. O bordo tem decoração à base de picotado. LCPL00.C69. Inv.71 (Fig.17, 5).
- Taça. Bordo em aba larga, facetado e levemente soerguido. Pasta cinzenta, cuidada com finos grãos de desengordurante. Superfícies alaranjadas. O bordo tem decoração à base de picotado. LCPL00.C42. Inv. 68 (Fig.17, 6).

Louça Preta

- Testo. Chocolateira. Pasta cinzenta clara, arenosa mas dura e compacta. Superfície cinza escura, alisada. LCPL00. C20. Inv. 120.
- Taça. Pasta cinza escura, de má qualidade devido ao muito desengordurante. Superfícies escuras e alisadas. LCPL00. C69.Inv. 72.
- Cântaro. Bordo plano, levemente soerguido com moldura no exterior do lábio. Pasta cinza arenosa, bem cozida. Superfície exterior alisada e escura. LCPL00.C73.Inv. 91.
- Cântaro. Bordo em aba larga, plano, levemente soerguido com moldura no exterior do lábio. Pasta cinza escura, arenosa, bem cozida. Superfície exterior escura, decorada com linhas brunidas verticais. LCPL00.S.Inv. 95 (Fig. 17.2).
- Cântaro. Bordo plano, a descair para o exterior, com moldura no lábio. Pasta cinza, dura e bem cozida. Superfície alisada e escura. LCPL00.S.Inv. 98.
- Caçoila. Bordo engrossado a flectir para dentro formando ângulo aberto com a parede inclinada da pança. Pasta cinza escura, pouco cuidada, mas bastante dura. A face exterior é escura e está manchada com fuligem. LCPL00. C12. Inv. 105 (Fig.17, 3).

Vidrados de Chumbo

- Malga. Pasta beije alaranjada. Vidrado de tom laranja, brilhante e aderente. Decoração exterior a amarelo claro sobre o vidrado anterior, formando composições em que se misturam pequenos óvulos com linhas que dão a ilusão de ramagem. LCPL00.C13. Inv. 6 (Fig.17. 1).
- Malga. Pasta beije alaranjada. Vidrado de tom laranja, brilhante e aderente. Decoração exterior a amarelo claro sobre o vidrado anterior, formando uma composição cujas linhas se entrecruzam dando a ideia de pequenos triângulos. LCPL00.C13. Inv. 9 (Fig. 18, 6).
- Malga. Pasta alaranjada com finos grãos de areia. O vidrado de tonalidade laranja cobre ambas as superfícies. Na face exterior o vidrado só vai até meio; a parte inferior está coberta por uma aguada castanho-avermelhada. A decoração sobrepõe-se ao vidrado na metade superior. É amarela, formando losangos irregulares em cima e óvulos em baixo. LCPL00.C5. Inv. 74 (Fig.18, 5).
- Malga. Pasta rosa clara, porosa. Vidrado de tom amarelo muito claro a cobre o interior e uma decoração estrelada que rodeia um círculo, inciso, no fundo da malga. LCPL00. C33. Inv. 106.
- Malga. Pasta rosa clara, fina e homogénea. Vidrado laranja no interior e estendendo-se na superfície exterior até meio da peça.LCPL00. C13.Inv. 4.
- Copo. Pasta vermelho clara, dura e compacta. Vidrado amarelo claro com manchas de coloração verde alface a cobrir o interior. LCPL00. C41. Inv. 28.
- Caçoila. Asa acoplada. Pasta avermelhada, algo porosa, mas dura. Vidrado laranja a cobrir o bordo e toda a face interior. Conserva restos de fuligem. LCPL00. C64. Inv.58.

- Caçoila. Bordo provido de asa lateral. Pasta beije alaranjada. A superfície interior está coberta com um vidro verde alface manchado de tons amarelados. LCPL00.C61. Inv. 97.
- Caçoila. Fundo raso. Pasta beije rosa, com muita mica e finos grãos de biotite. Vidrado de tons alaranjados na superfície exterior, enquanto no interior o tom é verde acastanhado, muito aderente e brilhante. LCPL00.C49.Inv.100 (Fig. 18.4).
- Alguidar. Pasta vermelho claro, cuidada e bem cozida. O vidro verde cobre o interior e a parte exterior do bordo. É espesso e aderente. LCPL00.42.Inv. 69 e 70.
- Alguidar. Pasta laranja, homogénea e dura. Vidrado de tons laranja que cobre o bordo e espalha-se pela face interna. LCPL00. C8. Inv. 17.
- Alguidar. Pasta rósea, fina, bastante homogénea. Vidrado de tom verde mosqueado. LCPL00. C 5. Inv. 90.

Faiança

- Prato. Pasta rósea, porosa e pouco homogénea. Esmalte branco, aderente mas quebradiço. Pintura figurativa a azul. LCPL00. Inv.19.
- Malga. Pasta rósea, porosa e pouco homogénea. Esmalte branco, aderente mas quebradiço. Pintura figurativa a azul. LCPL00. C73. Inv.43 e 44.
- Malga. Pasta rósea, pouco compacta. Esmalte branco e aderente. Decoração espiralada a azul no fundo. LCPL00. C73. Inv.42.
- Prato. Pasta rósea, com fractura irregular. Esmalte espesso mas quebradiço. Decoração com “rendas”. LCPL00. C73.Inv.41.
- Malga. Fundo com ligeiro pé. Pasta branco rosa, porosa e com fractura irregular. Esmalte branco, brilhante e aderente. Fundo pintado a azul e vinoso representando motivos florais. O vinoso representa somente o caule das flores. LCPL00. C73. Inv. 20 (Fig. 19, 1).
- Malga. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral a verde. Marca da Fábrica Massarelos, fracturada, no fundo exterior. As letras MASS e PORT a rodear o monograma C& envolto numa coroa de louros. Completa o conjunto a palavra STATUE. LCPL. C15. Inv. 65.
- Malga. Pasta beije, porosa, fractura irregular. Esmalte interno branco e aderente e o exterior castanho-claro. A decoração foi feita no bordo com três linhas: duas em tom de rosa e a outra a amarelo. LCPL00. C13. Inv. C13. Inv. 5 e 7.
- Malga. Pasta beije, fina, porosa. Decoração floral em bandas e linhas onduladas, numa policromia que assenta em cores como o verde, azul, amarelo e amarelo torrado. LCPL00. C5. Inv. 75.
- Malga. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral e geométrica, por estampagem, a azul. LCPL00. 64. Inv. 60.
- Prato. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral – cachos de uvas no meio de uma ramada – feita com estampagem, a azul. LCPL00. C11. Inv. 59. LCPL00. C11. Inv.59.
- Prato. Pasta rósea, com fractura irregular. Esmalte espesso mas quebradiço. Decoração à base de bandas e óvulos a azul e vinoso. LCPL00.C49. Inv. 15.
- Prato. Pasta rosada, com fino desengordurante. Esmalte baço e estaladiço. Decoração a castanho e vinoso. LCPL00. C15. Inv. 66.
- Prato. Pasta rosada, pouco homogénea. Esmalte pouco espesso, baço e estaladiço. Decoração a azul e arabescos em vinoso. LCPL00. C20. Inv. 61 (Fig. 19, 2).
- Prato. Pasta rosa, pouco homogénea. Esmalte pouco espesso e estaladiço. Decoração ondulada a vinoso inserida entre dois filetes azuis. LCPL00. C27. Inv. 64.
- Prato. Pasta beije, fina, mas porosa. Esmalte pouco aderente, mas brilhante. Decoração floral policroma à base de amarelo torrado, amarelo, azul e verde alface. LCPL00,S. Inv.94.
- Malga. Fundo com pé. Pasta beije, fina e bastante grãos de biotite. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral, a azul, no fundo interior. Fábrica de Miragaia. LCPL00. C2. Inv. 111 (Fig. 20, 4).
- Malga. Pasta beije, fina, porosa. Esmalte brilhante, aderente mas pouco espesso. Decoração à base de cruces a azul a sobreporem-se a ma banda de amarelo torrado. LCPL00. C13. Inv. 11.
- Prato. Pasta branca, fina e homogénea. Esmalte aderente e espesso. Decoração floral a azul escuro no bordo. LCPL. C2. Inv. 62.
- Prato. Pasta beije, fina, porosa. Esmalte brilhante, aderente mas pouco espesso. Decoração de ma só cor, azul, em que se combina um motivo ondulado com bandas e linhas da mesma cor. LCPL00. C13. Inv. 12.
- Prato. Pasta branco sujo, porosa e pouco homogénea. Esmalte aderente. Decoração azul. LCPL00.C2. Inv. 3.
- Prato. Pasta beije rosada, depurada e fractura muito regular. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral policromada, prevalecendo as cores azul, amarelo torrado e vinoso. LCPL00. C9. Inv. 84.
- Prato. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração policromada com motivos florais. LCPL. C71. Inv. 83 e C15. Inv. 87.
- Prato. Pasta beije, depurada. Esmalte aderente e brilhante. Decoração em bandas coloridas: amarelo torrado, verde e amarelo. LCPL00. C17. Inv. 85.

- Prato. Pasta beije, depurada. Esmalte brilhante mas pouco espesso. Decoração, em azul, que combina motivos florais com geométricos. LCPL00. C32. Inv.88 (Fig. 20, 2).
- Prato. Pasta beije, pouco cuidada. Esmalte muito quebradiço sobre o qual foi apenas uma decoração floral, em azul. LCPL00. C14.
- Prato. Pasta beije, depurada. Esmalte aderente e brilhante. Decoração monocromática azul. LCPL00. C3a. Inv. 108 (Fig. 20, 3).
- Prato. Pasta beije, depurada e fractura regular. Esmalte, espesso e brilhante. Decoração policromada em que se mistura a estampagem com a pintura manual. LCPL00. C13. Inv. 10 (Fig. 20, 1).
- Servidor. Aba larga. Pasta branca, homogénea. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral pintada a cobrir a aba do bordo e o exterior. LCPL00. C65. Inv. 56 (Fig. 19, 4).
- Bacia. Pasta rósea, depurada e homogénea. Esmalte branco, aderente e espesso. Decoração floral policromada: verde e rosa. LCPL00. S. Inv.107.
- Chávena. Pasta beije rosa, fina e homogénea. Esmalte aderente e brilhante. Decoração esponjada a castanho. LCPL00. C 65. Inv. 57 (Fig. 19, 3).
- Tinteiro. Peça dupla acoplada. Pasta esbranquiçada, ligeiramente porosa. Esmalte muito brilhante e aderente. Decoração floral a castanho e vinoso. LCPL. C70. Inv. 176.
- Caneca. Pasta rósea, bem depurada. Esmalte brilhante e espesso. Decoração é um misto de pintura manual e esponjado. LCPL00. C12. Inv. 16.

Porcelana

- Pires. Marca VA (Vista Alegre) incompleta a verde impressa a carimbo no fundo exterior. LCPL00.C42.Inv.67.
- Pires. Decoração floral policromada. Marca VA (Vista Alegre) incompleta a verde impressa a carimbo no fundo exterior. LCPL00. C9.Inv. 103 e 104.

FONTES

AT-CNSG - LTM - Arquivo dos Terceiros. Confraria de Nossa Senhora da Guia - Livro dos Termos da Mesa (1772-1819).

AMPL-LV - Arquivo Municipal de Ponte de Lima - Livro de Vereações.

APL - Arquivo de Ponte de Lima.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - "A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanus, Via Bracara Asturicam Quarta", *Mínia*, 2ª série, Ano II (3), Braga, 1979.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - "Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima", *Estudos Regionais*, 7/8, Viana do Castelo, 1990.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Vol. VII, tese doutoramento, dactilografada, FLUP, 1998.

ALVES, Francisco J. S. et alii - "A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV, Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar", *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, 1995.

AMORIM, Inês - "A Olaria de Aveiro no séc. XVIII: continuidade e desenvolvimento", *Revista de Olaria*, 2, Barcelos, 1998.

ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

ARAÚJO, José Rosa de - *Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo, 1962.

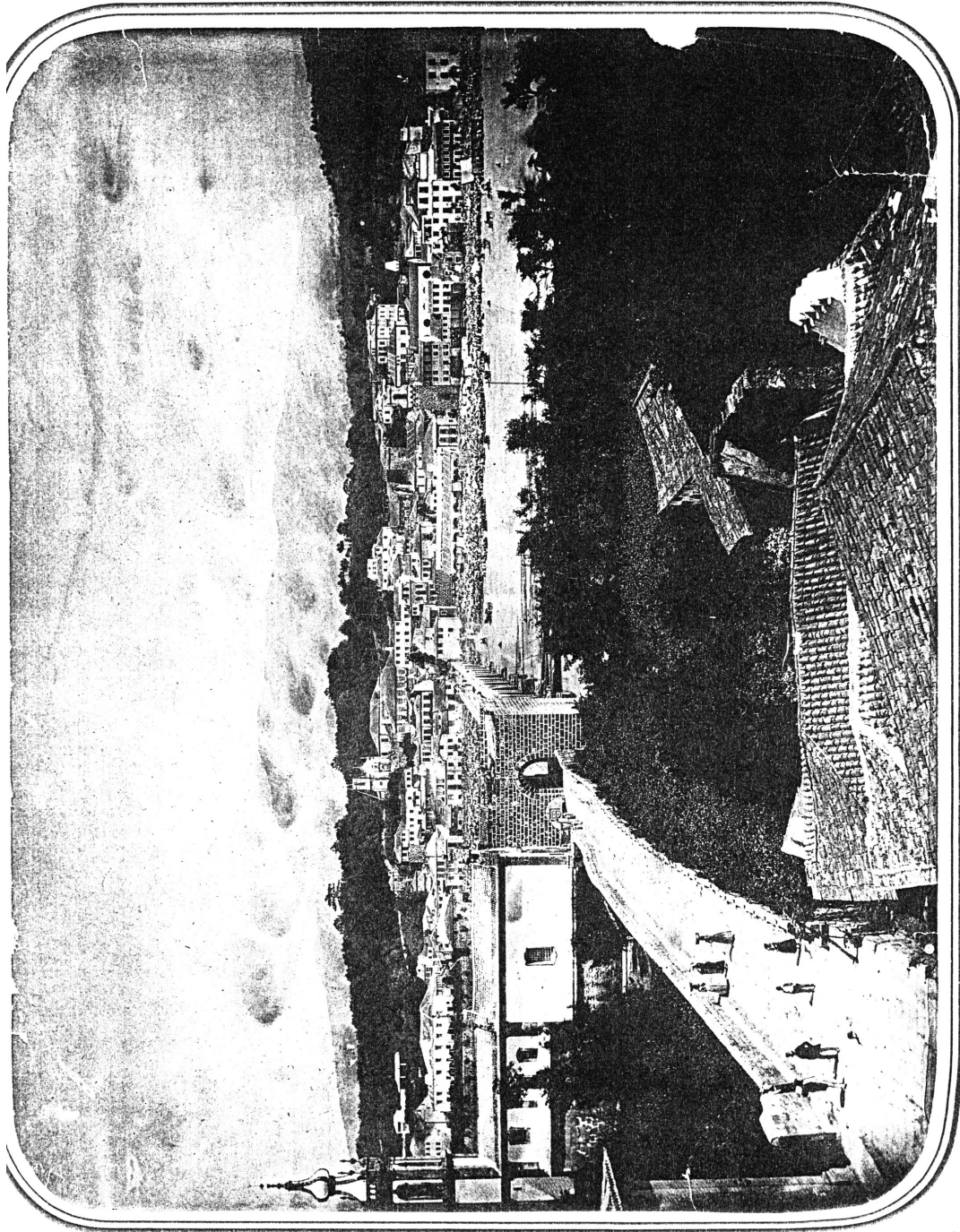
ARAÚJO, António de Sousa - "As Louças de Prado: Notas para a história da louça preta", *Revista de Olaria*, 2, Barcelos, 1998.

ASSUNÇÃO, Ana Paula - *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuição para o estudo da indústria cerâmica em Portugal, 1856-197*, Edições INAPA, Lisboa, 1997.

BALDAQUE, Mónica et alii - *Fábrica de Massarelos, Porto. 1763-1936*, Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, 1998.

BARREIRA, Paula, DORDIO, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo - "200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII", *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, 1995.

- BARROCA, Mário Jorge - "Centros Oleiros de Entre-Douro-e-Minho", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, 1993.
- COSTA, A. Carvalho da - *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1706.
- DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo; SÁ, Anabela - "Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia", *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Porto,
- FERNANDES, Isabel Maria - "Centros Produtores de Louça Preta da Região Norte", *Revista de Olaria*, 1, Barcelos, 1996.
- FERNANDES, Isabel Maria - *A Louça Preta de Prado, Vila Verde, Braga. Catálogo*, Barcelos, Coleções do Museu, 3, 1997.
- LEMONS, Miguel Roque Reys - *Anais Municipais de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1936.
- MACEDO, Manuel Martinho e FREITAS, Maria da Graça - *O Cântaro Minhoto*, Fichas de Olaria, Barcelos, Museu de Olaria. 1996.
- NICOURT, Jacques - *Céramiques médiévales parisiennes – Classification et typologie*, Ermont, Jeunesse Pré-Historiques et Géologique de France, 1986.
- NOITES, Angelina Maria Soares et alii - *Mostra de Faiança Portuguesa*, Museu de Arte Sacra de Arouca, Arouca, 1998.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de - "Cervães. Nomeação de um juiz do ofício de louça branca. 1775", *Revista de Olaria*, 2, Barcelos, 1998.
- PEIXOTO, Rocha - "Uma ornamentação cerâmica actual de carácter arcaico", *Portugalia*, 1ª Série, vol. 2, Porto, 1908.
- PEIXOTO, Rocha - *As Olarias do Prado*. Barcelos, Museu Regional de Cerâmica, 1966.
- PEREIRA, João Castel-Branco et alii - *Os Ratinhos- Faiança Popular de Coimbra*, Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, 1998.
- SANDÃO, Arthur de - *Faiança Portuguesa, séculos XVIII- XIX*, Livraria Civilização, Porto, 1988.
- SILVA, António Manuel S. P. - "Cerâmica Tradicional na Região de Aveiro, Alguns Elementos Documentais", *Revista de Olaria*, 1, Barcelos, 1996.
- STAPF, Sven - *Faiança Portuguesa. Faiança de Estremoz*, Lisboa, 1997.

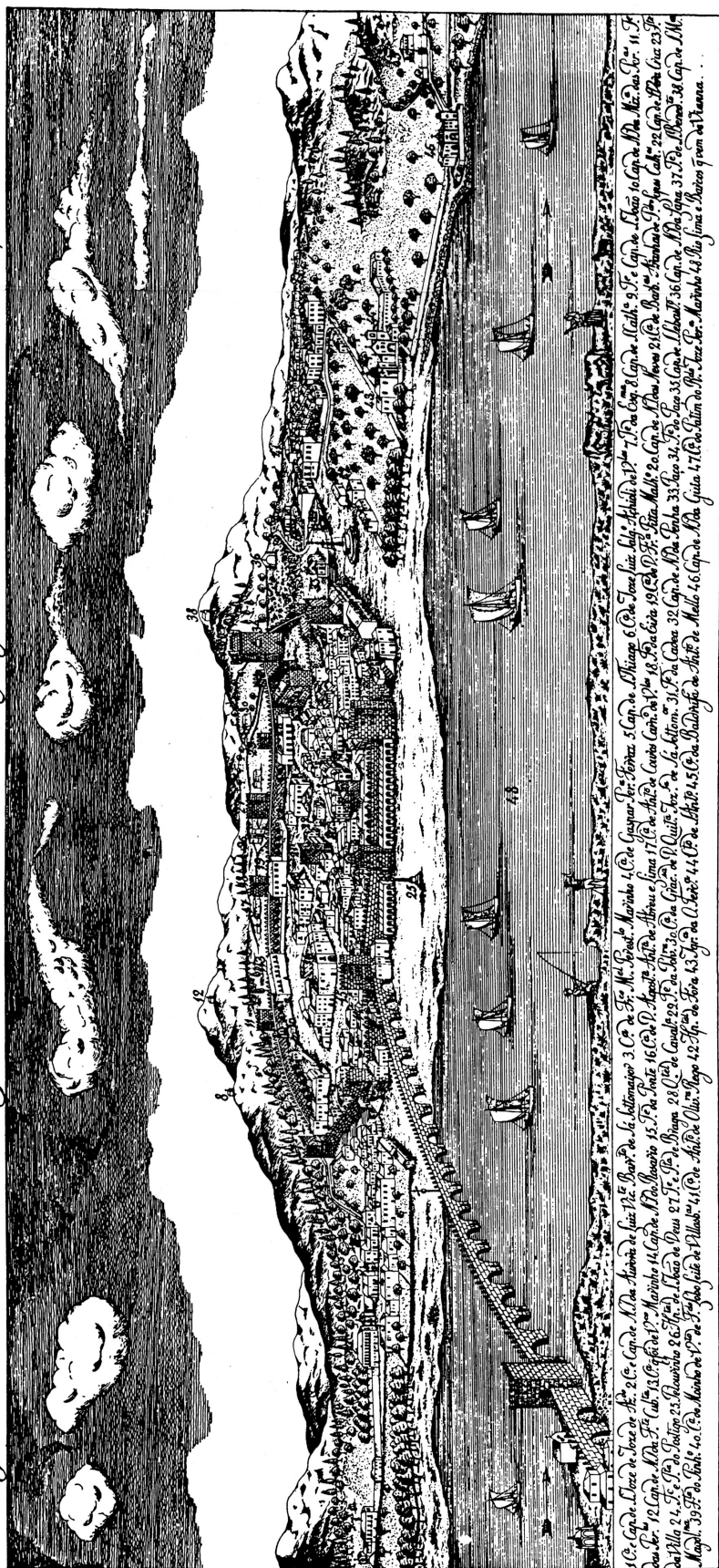


1858

Lithographie. Anstalt von J. B. Neumann, Neudamm

Fig.1 - Fotografia da Ponte de Lima datada de 1858.

Vista geral da villa de Ponte de Lima e seus arredores na Freguesia de S. Maria dos Anjos em - 1780.



Justino Tcheleste pinx.

Dr. Filipe de Menezes del.

Fig. 2 - Representação idealizada de Ponte de Lima em 1780.

Fig.3

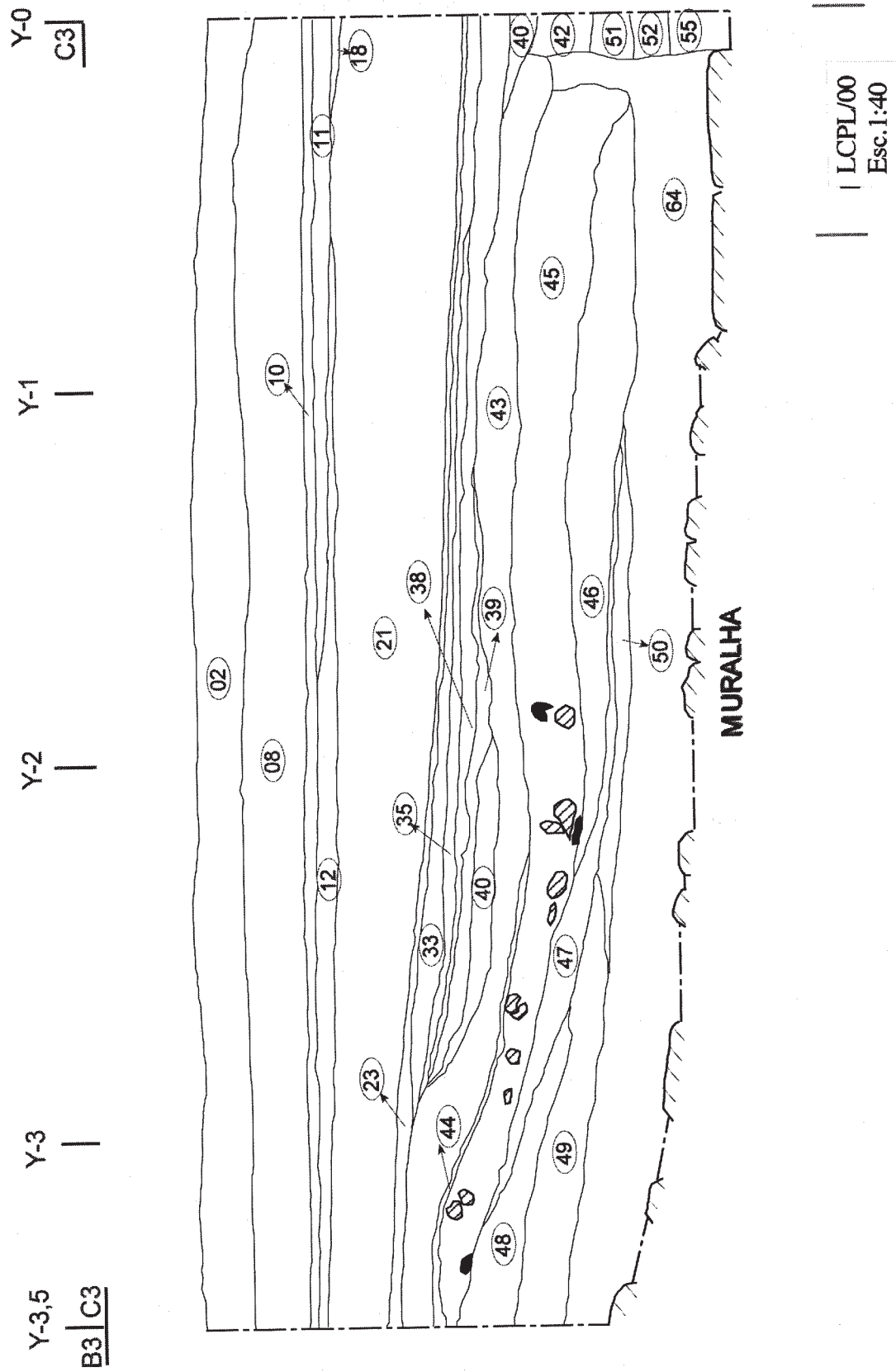


Fig.4 - Corte estratigráfico dos Quadrados B3 - C3.

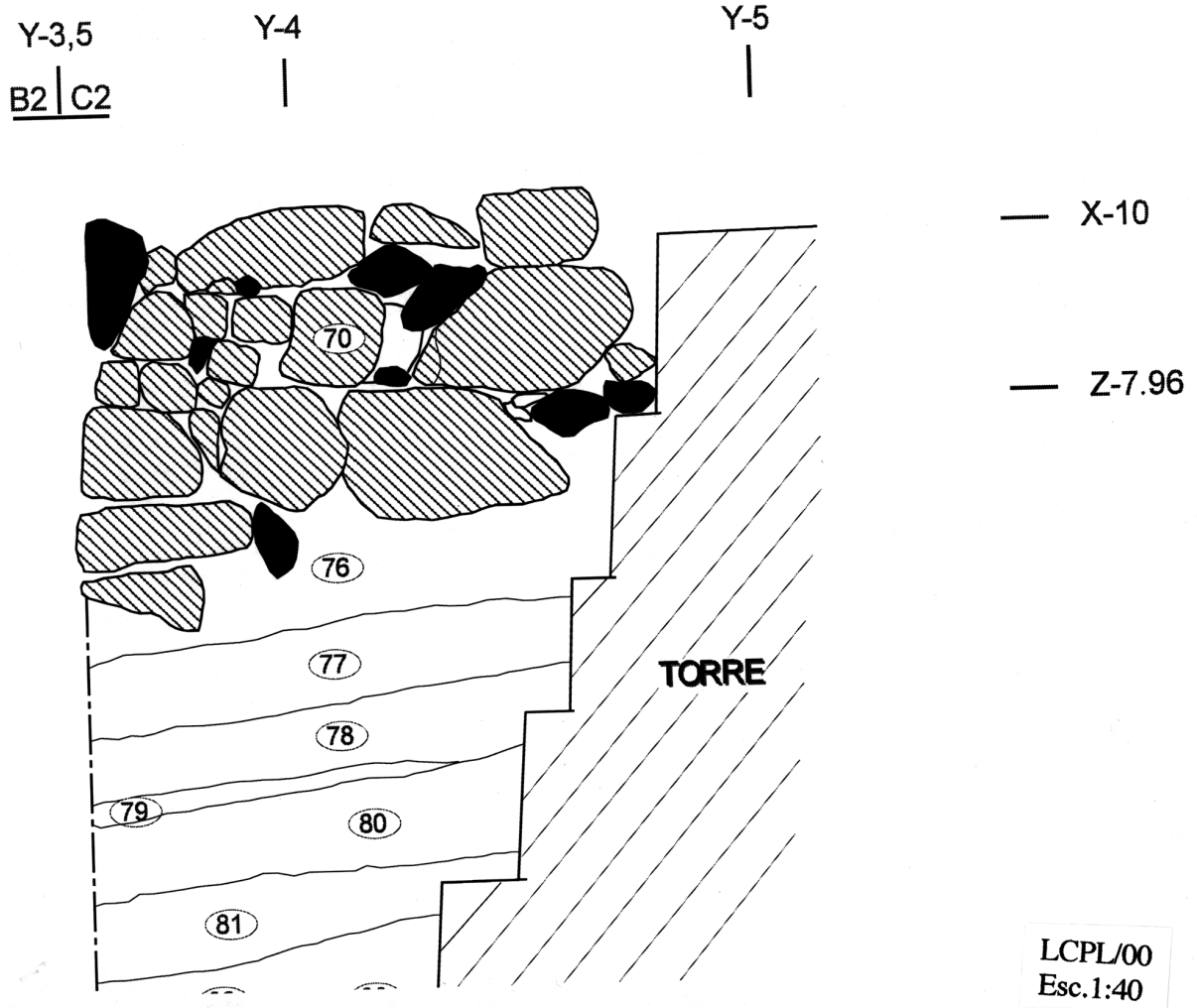


Fig.5 - Corte estratigráfico dos Quadrados B2 - C2.

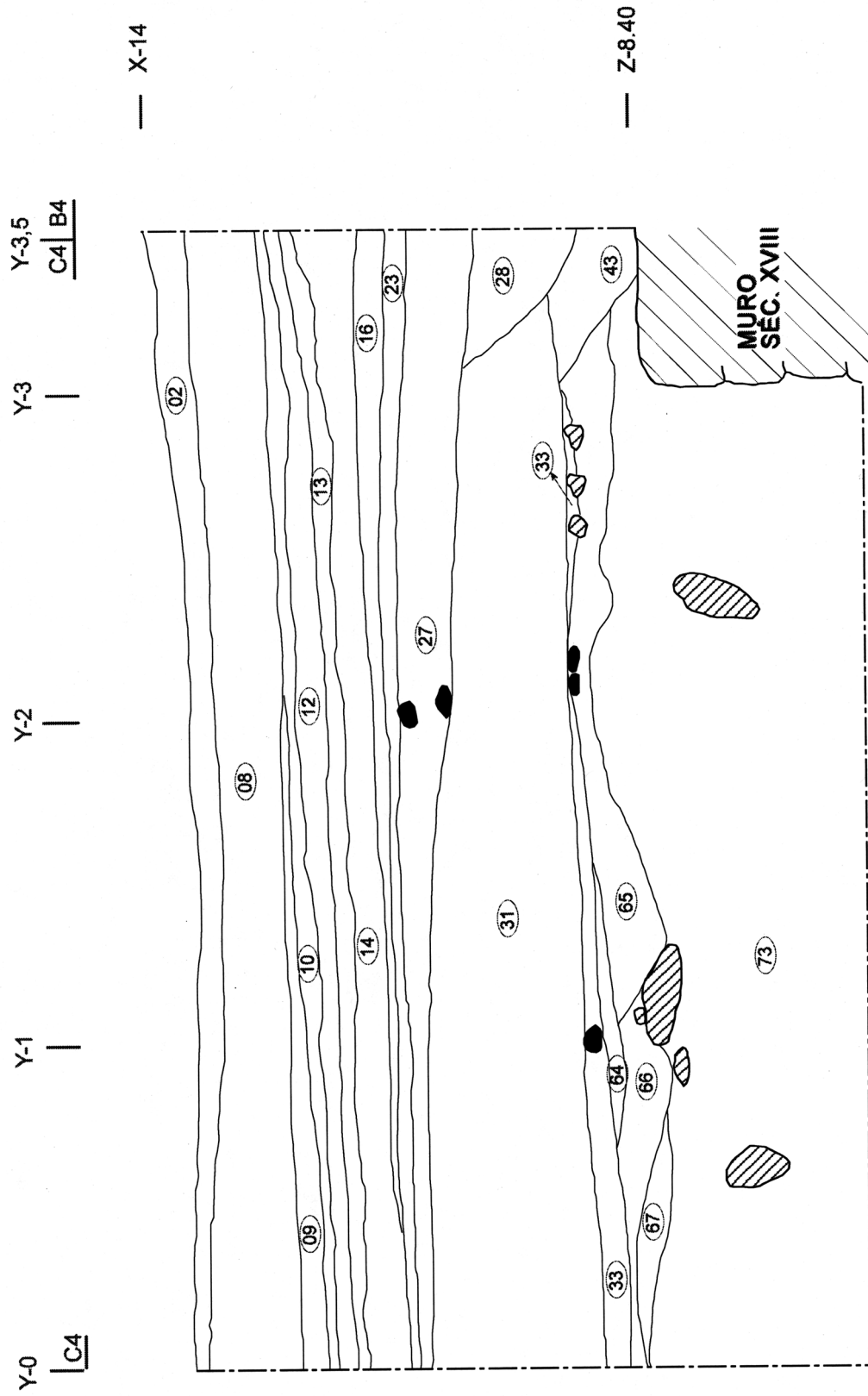


Fig.6 - Corte estratigráfico do Quadrado C4.



Fig.7 - Alicerce da Casa do Patim.



Fig. 8 - Alicerce de muro da Casa do Patim.



Fig. 9 - Alicerce do muro da Casa do patim e espaço da muralha.



Fig. 10 - Lajeado da Rua ao Pé da Ponte da Fora.



Fig. 11 - Lajeado do séc. XIX assente sobre o alicerce da Torre dos Grilos.



Fig. 13 - Alícerce da Torre dos Grilos e arranque da muralha.



Fig. 14 - Alícerce esalonado da Torre dos Grilos e muralga.

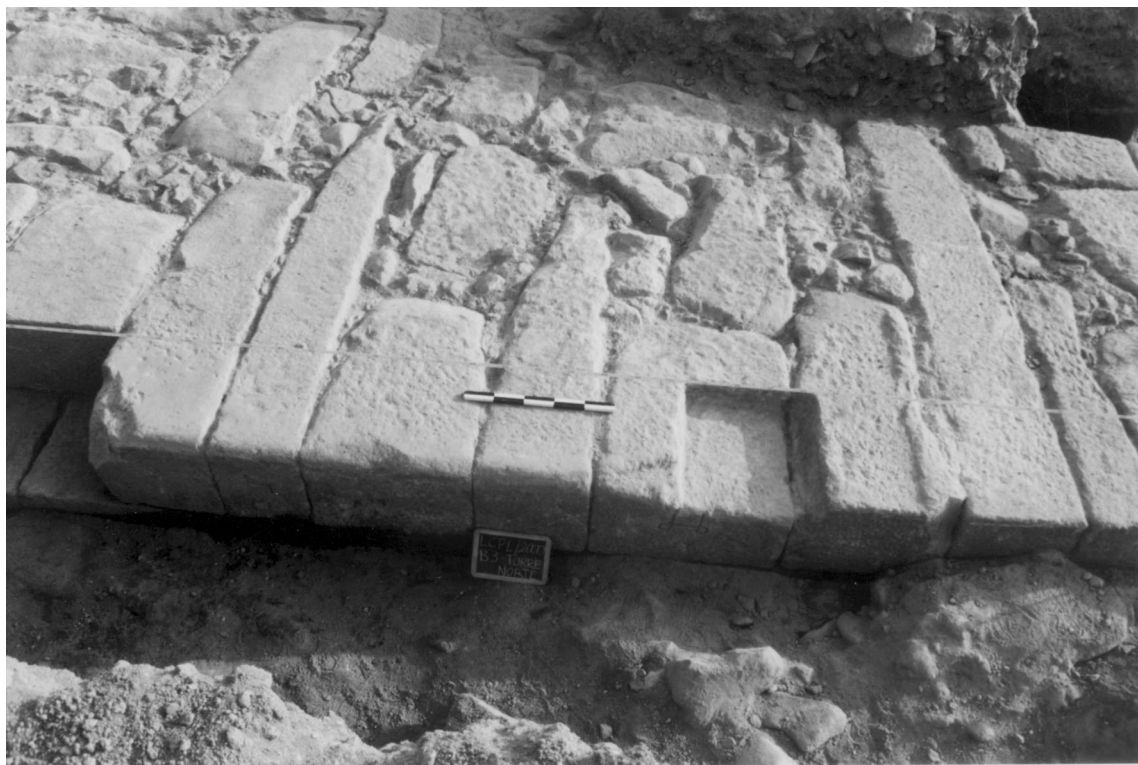


Fig. 14 - Alicerce da Torre dos Grilos e encaixe do Cunhal da porta.



Fig. 15 - Paredão que defendia a Vila do lado do Rio Lima.

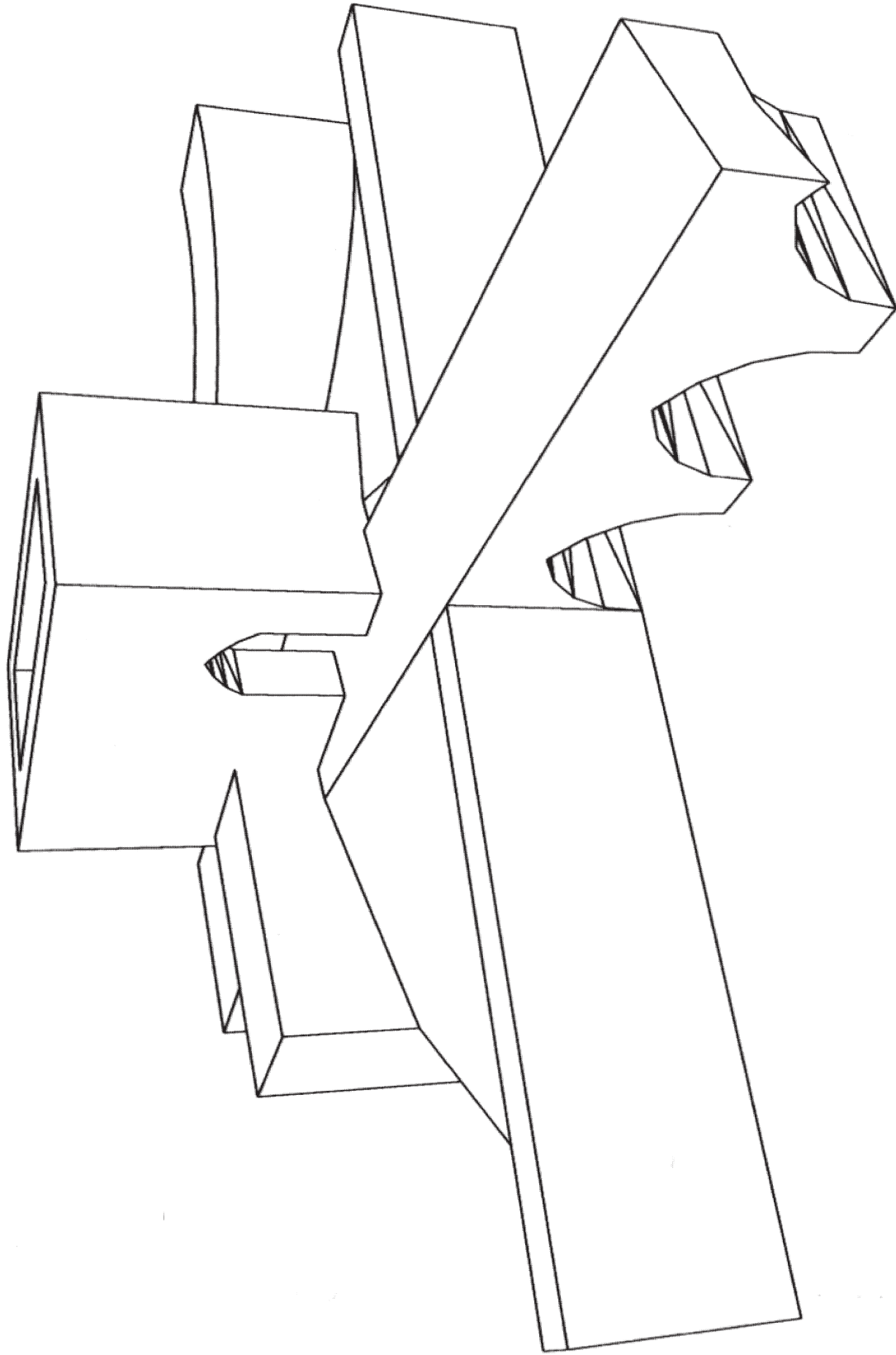


Fig. 16 - Representação esquemática da entrada lateral da Torre dos Grilos.

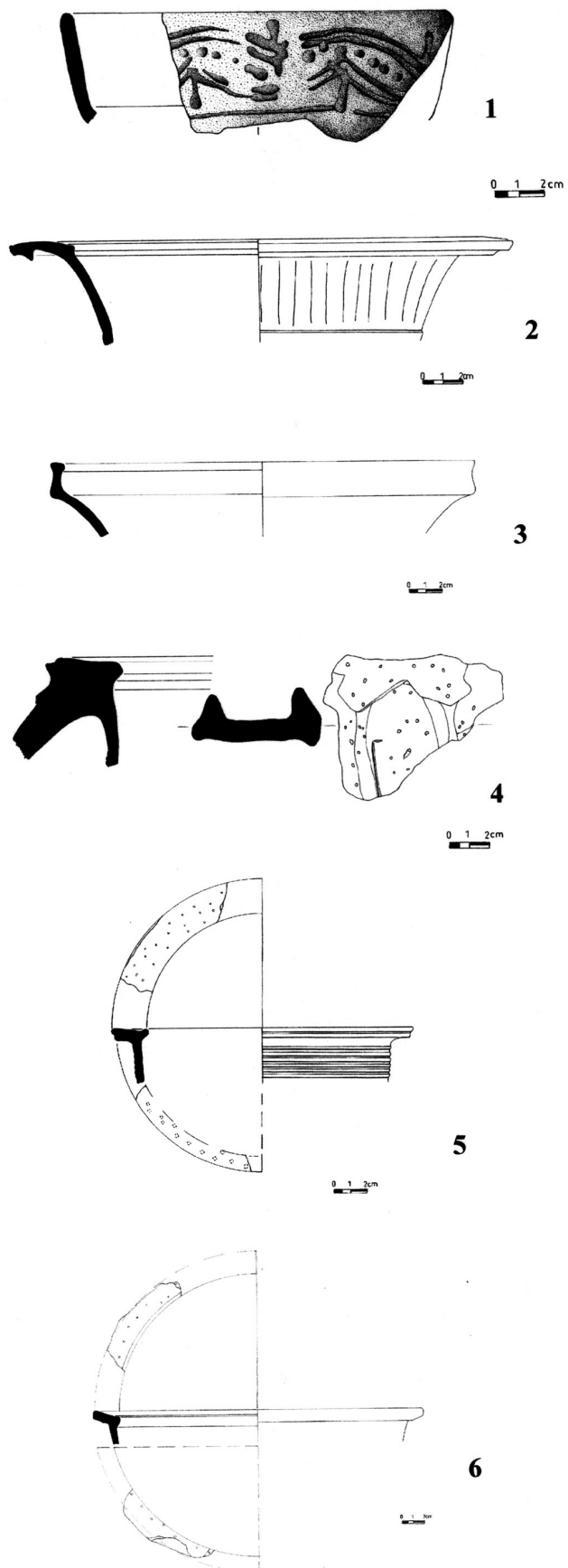


Fig.17 - Representação gráfica de cerâmica.

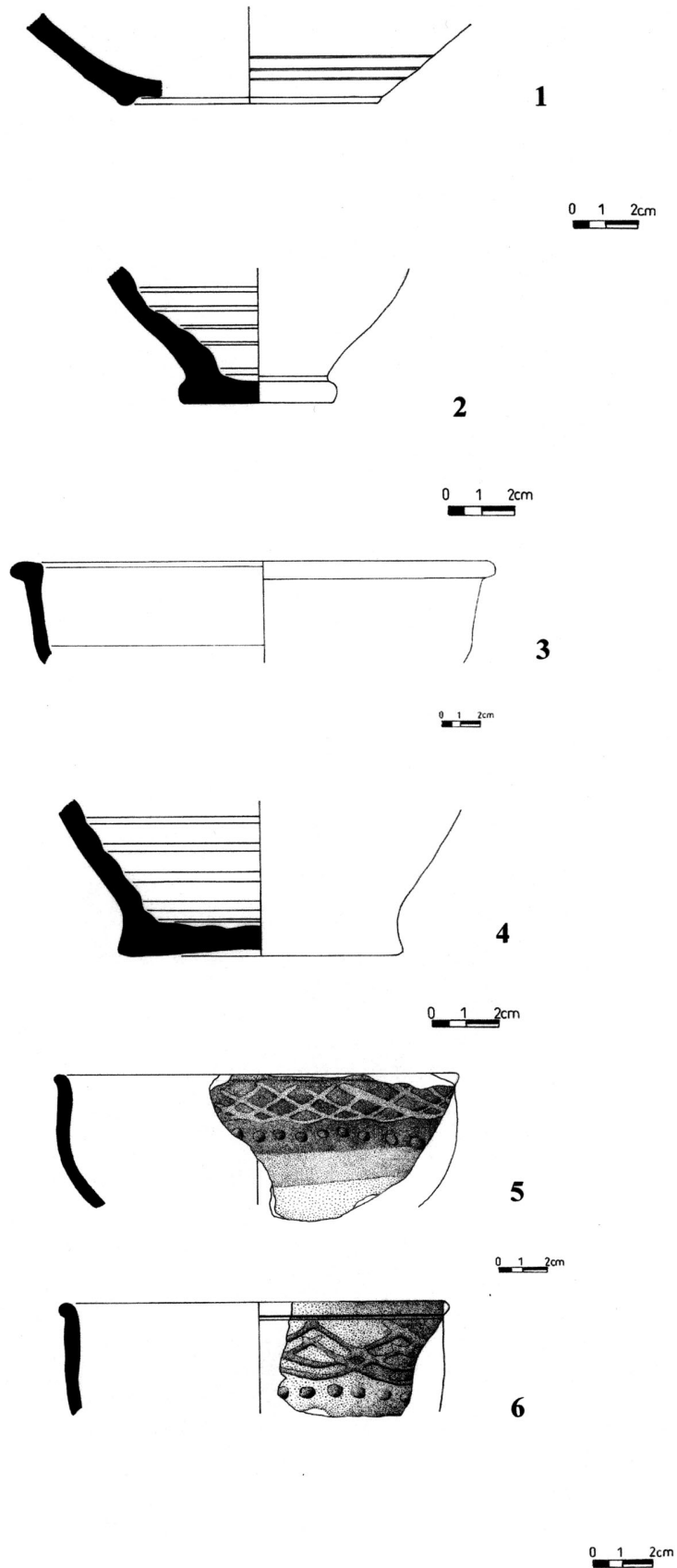


Fig.18 - Representação gráfica de cerâmica.

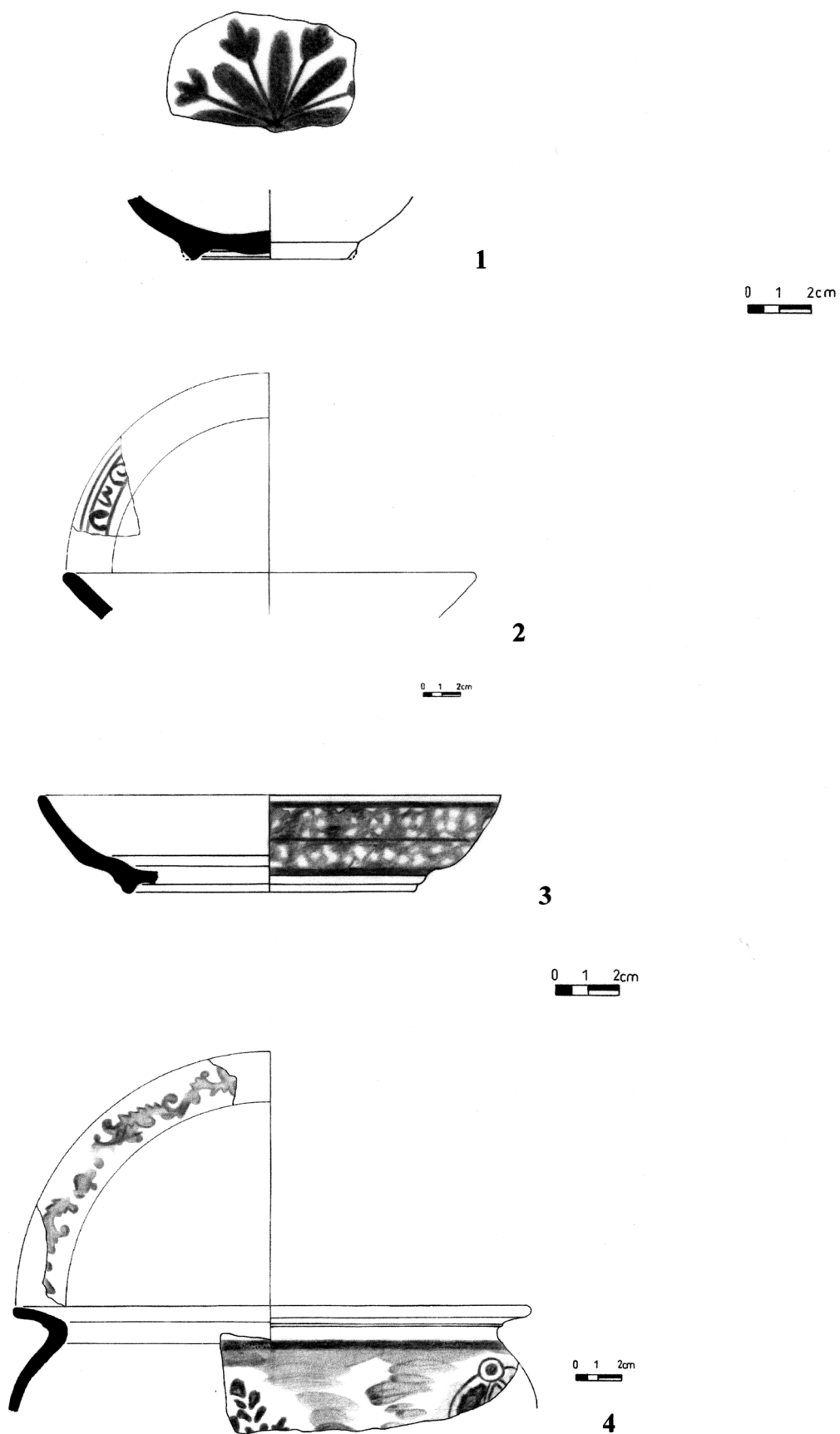


Fig.19 - Representação gráfica de cerâmica.

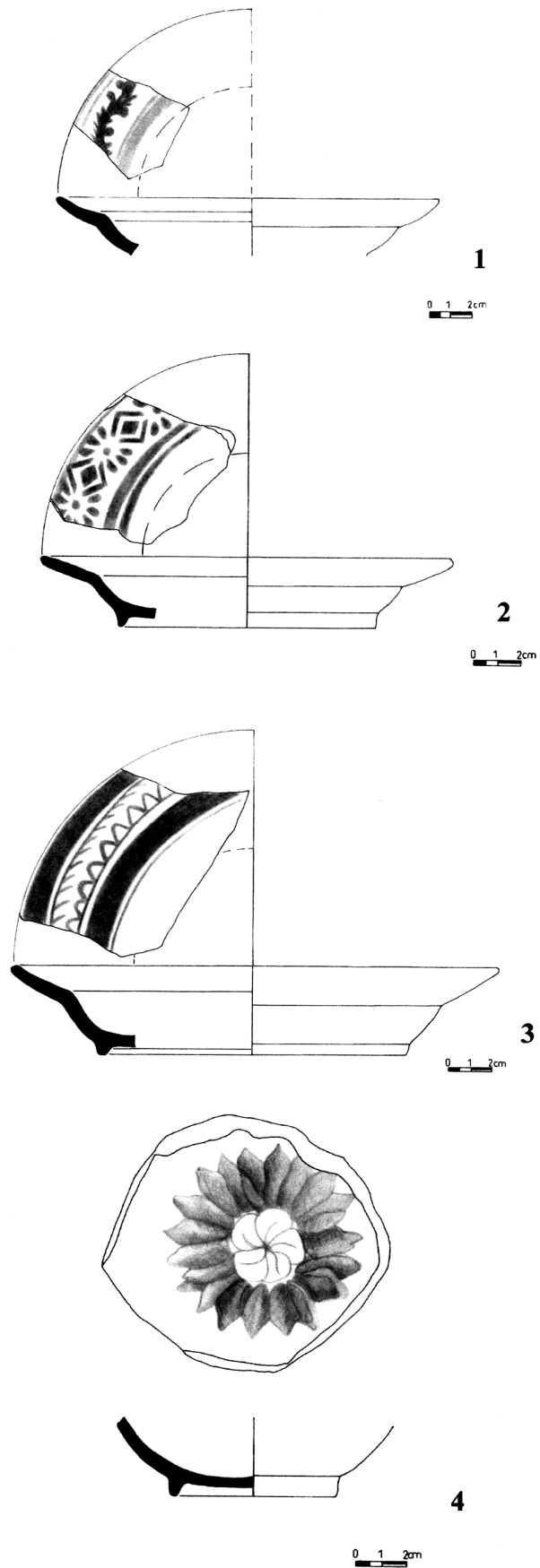


Fig.20 - Representação gráfica de cerâmica.